Tribuna da Luta Operária

ANO IV Nº 131 — DE 15 A 22 DE AGOSTO DE 1983 Cr$ 100,00

Em ação o decreto 2045:

Primeiras vítimas perdem 26% do salário

Os bancários serão a primeira grande categoria a sofrer na carne o 2045, mês que vem. Terão um reajuste de 46,5% no salário, contra uma inflação estimada em 84,5% no mesmo período. Nos quatro meses seguintes, será a vez dos demais assalariados, caso o decreto continue. Deputado oposicionista propõe uma barreira anti-2045, dentro e fora do Congresso. Pág. 3.

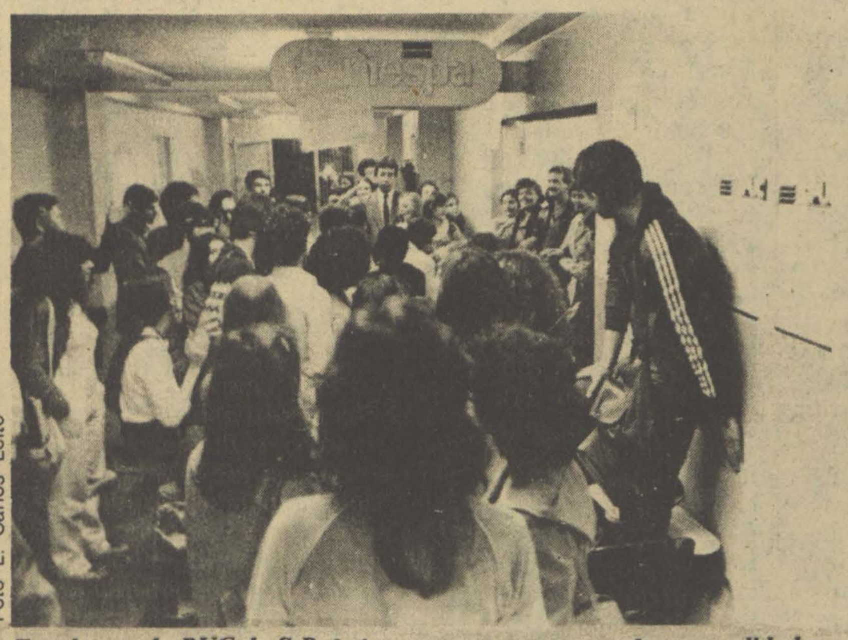


Foto L. Carlos Leite

Estudantes da PUC de S.P boicotaram o pagamento das mensalidades

Volta às aulas desta vez é volta à luta

Estudantes não aguentam aumentos das mensalidades.**Pág. 8**

Reagan preparou o golpe militar na Guatemala

A primeira providência do novo general no poder foi bater palmas para a política de guerra dos EUA.**Pág. 2**

Ivete com Marchezan: namoro que o 2045 rompeu

Acabou a palhaçada do pacto PTB-PDS

O termo é de Ivete Vargas. Mas acabou mesmo? **Pág. 3**

Sabotagem ao Conclat

O Brasil está sendo aceleradamente entregue aos banqueiros internacionais como pagamento da dívida externa. Os donos do poder não têm o menor escrúpulo em se colocar de joelhos diante do FMI, leiloar as empresas estatais, ceder o controle estratégico sobre o petróleo e demais riquezas naturais, oferecer o pouco que resta da indústria nacional. A única via para barrar este assalto é a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, à frente de um amplo e vigoroso movimento nacional de caráter patriótico e democrático.

Particularmente nesta situação de emergência, é inconcebível a ameaça de divisão do movimento sindical, às vésperas da realização do Conclat. O anseio e a necessidade real do proletariado e de todas as forças populares é um Congresso unitário, de grande envergadura, que dê continuidade e impulso ainda maior à batalha iniciada pela greve geral do dia 21 de julho.

A greve foi uma prova patente da unidade dos trabalhadores em torno de objetivos comuns: combate ao FMI, aos pacotes da fome e do entreguismo, ao regime militar antinacional e antipopular. As direções sindicais não podem trair este movimento alegando questões menores e baseadas em disputas grupistas.

Não se admite que uma corrente antiunitária, divisionista, financiada por dólares da social-democracia européia, saia pelo país à compra de delegados visando o controle exclusivista do movimento sindical. Assim como não se pode aceitar que, aproveitando-se de desentendimentos superáveis, se forme uma aliança de pelegos e reformistas, usando a incompreensão e o atraso de certas lideranças sindicais, para abandonar e esvaziar o Conclat. Esta luta sem princípios é na prática sabotagem aos interesses operários.

O objetivo para o Conclat não pode ser a hegemonia desta ou daquela corrente. Mesmo que seja necessário fazer certas concessões, é imprescindível encontrar o caminho da unidade do movimento sindical, para defender os direitos do povo, a liberdade e a soberania nacional.

O Congresso Nacional está sendo pressionado para aprovar o decreto 2045. A comissão do FMI continua na sua transa diária entre Nova York e o Palácio do Planalto para impor-nos uma nova "carta de intenções". A crise econômica e política avança com incrível velocidade. As forças governistas, atônitas com a própria incompetência, envolvem-se em conflitos internos pelo poder. Por todo lado se ouve falar de convulsão social. Diante desta situação dramática, não existe nenhum argumento que justifique a menor ameaça à unidade dos trabalhadores.

Por trás desta confusão artificialmente criada há o dedo dos patrões e do governo. São estes os grandes interessados em que os trabalhadores não se reunam, não discutam suas experiências, não tirem lições da greve geral e não possam preparar outra, mais forte e mais organizada. Pelegos, reformistas e os autointitulados "combativos", de dólares na mão, digam o que disserem, ao sabotar o Conclat atuam como agentes do patronato.

Os sindicalistas honestos, os delegados eleitos por suas categorias, têm a imensa responsabilidade de mobilizar todos os esforços para recriar as condições mínimas para realizar o Conclat no menor tempo possível. É uma necessidade imperiosa um Congresso com grande representatividade, unitário, com a participação massiva dos trabalhadores escolhidos honestamente em assembléias por todo o país.

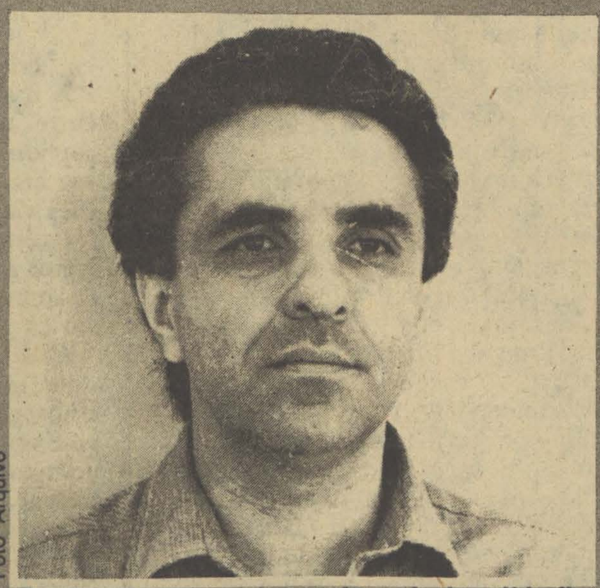


Foto Arquivo

Guedes: "Lá até as crianças dão aula de política"

"Na Nicarágua o povo sabe o que quer"

Entrevista com o deputado José Luís Guedes (PMDB-MG), que acaba de voltar de uma viagem pela Nicarágua Sandinista. **Pág. 8**

Foto L. Carlos Leite

Nesta reunião, dia 7, em São Paulo, a unidade do movimento saiu ferida.

Unidade do movimento sindical corre perigo

Divergências mesquinhas ameaçam o Conclat-83. **Pág. 5**

Petrobrás perde mais um pedaço para as multis

O governo decidiu passar a compra de óleo para o capital estrangeiro. **Pág. 4**

Falam as meninas que levantaram o volêi brasileiro

Entrevista com Vera e Isabel da seleção; misérias e grandezas do nosso esporte amador. Pág. 7

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

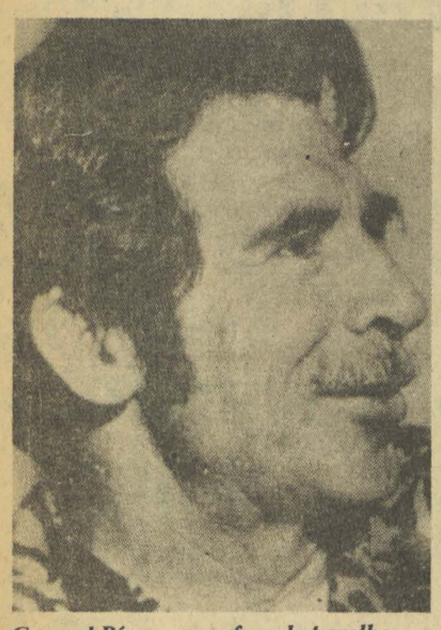
O exército guatemalteco nas ruas, servindo para mais um golpe pró-Estados Unidos

Extrema direita dá golpe na Guatemala

Com o apoio do governo dos Estados Unidos, militares de extrema direita derrubaram o general direitista Efraim Ríos Montt na Guatemala, na última segunda-feira. Enquanto jovens oficiais fiéis a Ríos Montt ainda resistiam aos novos golpistas, Washington rapidamente reconheceu o novo "chefe de Estado", general Óscar Mejía Víctores, ministro da Defesa do governo deposto.

O novo governo é ainda mais direitista do que o e Ríos Montt. Mejía Víctores mantém ligações com o ultra-reacionário Movimento de Libertação Nacional (MNL) desde a articulação golpista que depôs o governo constitucional e nacionalista de Jacobo Árbens, em 1954, planejada e executada pela CIA. Na sua primeira proclamação, os golpistas logo juraram prosseguir com maior ímpeto a "luta contra o marxismo-leninismo", entendido como os cinco grupos guerrilheiros que atuam no país. Víctores também não poupou elogios à política dos EUA na Nicarágua, afirmando que o governo sandinista "é uma ameaça não só à Guatemala, mas a todo o continente".

O imperialismo ianque está metido até o cabelo nesta articulação golpista. Ela se insere na sua estratégia de preparação guerreira na América Central. Ao que tudo indica, o fanatismo religioso de Ríos Montt prejudicava a eficiência da sua missão genocida e subserviente aos ditames de Washington. Afinal, ele mesmo admitia que em muitas de suas medidas seguia a orientação do Conselho de Anciões, órgão máximo da sua seita protestante. E esse tipo de interferência



General Ríos: agora, fora do baralho

General Mejia: reconhecido pelo EUA

era totalmente inaceitável para a Casa Branca.

A participação norte-americana no golpe foi descarada. Poucas horas antes de tomar o poder, o general Mejía visitou a frota marinha dos Estados Unidos, que se encontra patrulhando a América Central (ver box). O próprio Departamento de Estado ianque reconheceu que no domingo Mejía Víctores se reuniu com o vice-chefe do comando sul do exército dos EUA sediado no Panamá, general Woerner, e representantes militares de Honduras e El Salvador. O embaixador norte-americano na Guatemala, Frederick Chapin, e seus assessores passavam livremente pelas barreiras das tropas rebeldes que cercavam o Palácio Nacional, e negociavam diretamente com as forças governamentais que resistiam no prédio. Enquanto isso, dentro do palácio, o major William Mercado, do exército americano, foi filmado pela televisão de "walkie talkie" na mão, em contato direto com a agregadoria militar da sua embaixada.

O general Efraim Ríos Montt ainda tentou resistir, dando ordens à sua guarda para combater. Mas o golpe de misericórdia no seu governo veio logo em seguida, com o reconhecimento do novo "chefe de Estado" golpista pela Casa Branca.

Pirataria dos EUA

A participação da marinha norte-americana no golpe de Estado na Guatemala faz parte de todo um curso de pirataria internacional que o governo dos Estados Unidos leva a cabo nas águas da América Central. A força tarefa de oito navios, encabeçada pelo porta-aviões Ranger, deveria ter se retirado do Golfo de Fonseca no dia 6 de agosto. Mas para articular o golpe de Mejía Víctores essa retirada foi adiada, e o Ranger foi utilizado como centro de articulação do líder golpista com as forças armadas norte-americanas.

A frota ianque nas águas centro-americanas tem atuado como uma força de provocação internacional, ávida por criar um incidente que leve à guerra aberta na região. Os imperialistas norte-americanos se acham no direito de parar e revistar todo e qualquer navio que trafegue pelas águas internacionais da área. No dia 30 de julho o contratorpedeiro McCormick, da força tarefa do Ranger, interceptou e revistou o cargueiro soviético Alexander Ulyanov. Para Washington tratou-se apenas de uma "inspeção de rotina". Cabe perguntar de onde vem o direito dos imperialistas ianques de policiar "rotineiramente" águas que são internacionais...

A provocação é tamanha que até mesmo governos muito próximos aos EUA, como o da China, a consideraram uma "grave ameaça internacional". Este furor de indignação forçou Ronald Reagan a voltar atrás nos seus planos iniciais de bloqueio naval. O restante da força tarefa enviada para o Caribe no mês passado já se retirou para Pearl Harbour, no Havaí.

Chade, palco de conflito entre as superpotências

Há duas semanas tiveram início os conflitos no Chade, com o levante de tropas do ex-presidente Goukuni Ueddei no norte do país. E a região se tornou palco de um novo conflito internacional. Os combates se concentram em torno da cidade de Faya Largeau, área de enorme importância estratégica, pois controla o entroncamento rodoviário que liga as regiões norte e leste do país à capital, N'Djamena.

O imperialismo norte-americano aproveitou o pretexto e prontamente se intrometeu no conflito. Enviou para a costa líbia uma força tarefa capitaneada pelo porta-aviões Eisenhower. A Líbia protestou e ameaçou atacar o porta-aviões, caso ele entre em suas águas territoriais. Já ocorreu, inclusive, um incidente envolvendo dois caças F-14 ianques e dois Mig-23 líbios sobre o mar territorial da Líbia no Golfo de Sidra.

Ao mesmo tempo Washington ampliou a ajuda militar ao Chade, de 10 para 25 milhões de dólares, além de ter enviado 30 mísseis anti-aéreos Redeye e uma primeira leva de assessores militares. Já o governo reacionário e pró-ianque de Mobutu Seko, do Zaire, enviou 2 mil pára-quedistas e vários aviões Mirage, e o governo social-democrata da França despachou 200 "instrutores militares" para o Chade.

No Sudão os Estados Unidos instalaram dois aviões-radar Awacs e uma escolta de oito caças F-15 para mapear o deslocamento das tropas líbias e rebeldes. Kadhafi, por seu lado, ordenou às forças aéreas da Líbia que ataquem os Awacs se estes "afetarem território líbio".

A situação está extremamente explosiva. Até o fechamento desta edição as tropas rebeldes conquistaram terreno no norte do Chade. A Líbia, armada e financiada pela União Soviética, apóia ostensivamente os rebeldes. Ou seja, mais uma vez, por trás dos acontecimentos, a disputa entre as superpotências, União Soviética e Estados Unidos. **(Luís Fernandes)**

Um país estratégico

O Chade é um pequeno país de menos de cinco milhões de habitantes, localizado no coração da África. Em termos de riquezas o país não oferece maiores atrativos, a não ser algumas reservas de minerais como urânio, cassiterita e ouro.

O interesse pelo país se dá fundamentalmente por sua posição estratégica no continente africano, já que mantém fronteiras com a Líbia, Níger, Nigéria, Camarões, República Centro-Africana e Sudão.

Em 1960 o Chade obteve sua independência política da França, mas o poder ficou nas mãos de François Tambalbaye, um elemento fiel a Paris, que permitiu até mesmo a permanência de tropas francesas no país. Em 1966 grupos guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional do Chade (Frolinat) iniciaram a luta armada contra o governo e se implantaram no centro e norte do país, enfrentando bárbara e sangrenta repressão dos pára-quedistas franceses. De lá para cá, o Chade viveu em estado de guerra civil quase permanente.

Em 1975 a Frolinat já dominava dois terços do país e era eminente a queda do governo. O imperialismo francês mudou, então, de estratégica, e jogou na divisão da Frolinat. Os franceses passaram a apoiar um dirigente da organização chamado Hissene Habre. Em 1979 é formado um "Governo de Unidade Nacional", com Habre como primeiro ministro. Mas este não aceita partilhar o poder com o antigo governo e desencadeia uma ofensiva que liquida com o exército chadiano.

O país passou então a ser palco de uma luta completa e intestina entre 11 exércitos autônomos, resultantes da fragmentação das forças do governo e da Frolinat. No final de 1980, 15 mil soldados líbios foram enviados ao Chade para expulsar as Forças Armadas do Norte (FAN), de Habre, da capital e concentrar o poder nas mãos do dirigente das Forças Armadas Populares (FAP), de Goukumi Ueddei. Mas já em 1981 Ueddei começa a flertar com a França e pede ao coronel Kadhafi que retire as tropas do seu país. Quando esta retirada se completou, e mal se implantara a "força de paz" da OUA, a França e os Estados Unidos, por baixo do pano, voltaram a dar força total às tropas de Hissene Habre. Este foi tomando, um após outro, todos os redutos do seu rival, até que em junho de 1982 forçou a fuga de Ueddei para a República dos Camarões. Agora, um ano depois, Ueddei volta a invadir o Chade pelo norte, apoiado por seus antigos aliados líbios — por trás de quem está a União Soviética.

Luta pela hegemonia imperialista

A crise econômica do capitalismo abalou o equilíbrio até recentemente mantido entre as duas superpotências. Acelerou a corrida de cada uma pela conquista de novas áreas de influência — para obter posições vantajosas numa guerra mundial — e fez com que passassem a dar passos concretos na luta pela hegemonia mundial, cada uma procurando solapar e desestabilizar os pontos de apoio da outra.

Com este agravamento da disputa houve uma mudança de qualidade nos métodos empregados. Até aqui o controle econômico-financeiro era o predominante. Agora a política de Reagan dá primazia ao fator militar. É isto que demonstram as ações armadas no Chade, o bloqueio marítimo e as manobras militares visando a invasão da Nicarágua, o golpe militar na Guatemala, a intervenção cada vez mais descarada em El Salvador, as provocações no mar territorial da Líbia. Da mesma forma fazem parte desta nova orientação a criação de forças-tarefa prontas para atacar em qualquer parte do mundo e a política de instalação de mísseis na Europa — para submeter os "aliados" e colocá-los sob dependência militar dos EUA, além de ameaçar diretamente a URSS.

Isto não quer dizer que a política do dólar tenha sido abandonada. Pelo contrário. O FMI exerce hoje o papel de instrumento direto de dominação e ainda serve como fator de desestabilização das áreas sob influência soviética. No Brasil, a Comissão do FMI é praticamente um supergoverno que manda e desmanda no regime militar. O mesmo se pode dizer do México e outros países. Na Polônia e Romênia o Fundo age como força de pressão para obter concessões, em nome dos grandes banqueiros ocidentais, credores de muitos bilhões de dólares.

A URSS também mudou os seus métodos. Já não pode contar como outrora com o apoio "ideológico" dos partidos revisionistas. A tal ponto foi a degeneração destes que já não conseguem enganar as massas a contento e, além disto, acabam fazendo acordos com as burguesias locais e com as potências ocidentais a troco de favores, entrando em conflito com os desejos de Moscou. E o caminho é também a linguagem dos canhões. A invasão do Afeganistão é um exemplo bem nítido. A pressão sobre a Polônia para que use a força contra os "dissidentes" do Solidarnösc e contra as manifestações operárias é outro exemplo. No Chade o apoio aos "rebeldes" faz parte, evidentemente, do esforço para ocupar áreas estratégicas.

A ênfase principal das duas superpotências é o expansionismo. Mas nesta ânsia de aumentar sua influência multiplicam-se as áreas de atrito entre EUA e URSS. Os trabalhadores devem estar preparados para a possibilidade destes choques resultarem numa nova guerra mundial.

Controle da economia "freia" lucro na URSS

O governo soviético divulgou recentemente memorando de 30 páginas preparado por um grupo de economistas vinculados à Academia de Ciências da Sibéria, e apresentado numa conferência econômica realizada em abril. O documento afirma que o desempenho da economia só melhorará depois de uma ampla reforma do sistema econômico, que reduza ainda mais os poderes da burocracia e amplie a margem de iniciativa das empresas e dos dirigentes a nível local. O texto diz que os controles centralizados sobre a economia são o principal "freio" à produção. Divulgada oficialmente, não há dúvida de que o memorando conta com pleno apoio do governo da União Soviética. Com o retorno da economia da URSS à ótica do lucro capitalista, a planificação estatal não resiste à impetuosa ampliação das forças de mercado.

Fila para comprar alimentos em Moscou: reflexo da crise econômica na URSS

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. **Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 (antiga Trav. Brigadeiro Luiz Antônio) — Bela Vista — São Paulo, SP. CEP 01318.**

( ) Anual de apoio (52 edições) — Cr$ 10.000,00
( ) Anual comum (52 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral de apoio (26 edições) — Cr$ 5.000,00
( ) Semestral comum (26 edições) — Cr$ 2.500,00

Exterior, anual — 70 dólares.

Nome: .....
Endereço: .....
Cidade: .....
CEP: .....
Estado: .....
Telefone: .....
Profissão: .....
Data: .....

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto Evandro Teixeira

Figueiredo descansa nos EUA, e a luta sucessória se desenvolve no Brasil

Os desencontros do governo na volta do general Figueiredo

O general Figueiredo chega ao Brasil na sexta-feira, dia 12. "Sem vontade e sem saúde para governar", segundo o general Golbery do Couto e Silva. "Com toda a vontade para governar e ansioso para voltar", segundo o almirante Maximiano da Fonseca, ministro da Marinha.

O desencontro dá uma idéia da confusão nas hostes governistas — que tem como pano de fundo a briga de foice pela sucessão presidencial, agravada a cada dia pela crise econômica, pelas exigências do FMI e pela passagem interina de Aureliano pela presidência.

O PDS e as fileiras da situação não têm nenhum porta-voz confiável. Cada cacique fala para elogiar seu candidato e desmoralizar o dos outros. Desta briga de comadre a única coisa que se aproveita é que vão aparecendo os podres de todos eles.

O retorno de Figueiredo acirra ainda mais esta disputa sem princípios. Já desde Cleveland o general Medeiros vivia mandando "recados" para lembrar que Aureliano era apenas um substituto de curto prazo. Visava com isto impedir que o "presidenciável" Aureliano usasse o cargo, como de fato usou e abusou, para avançar na corrida sucessória. Agora, tudo indica que vão funcionar dois governo: um no palácio do Planalto e outro na Granja do Torto, onde Figueiredo deve se recuperar.

Enquanto isto, trava-se outra batalha nos bastidores. Uns declaram que Figueiredo pode assumir imediatamente, ou no máximo em 15 dias. Outros, *muito experientes,* aconselham que o melhor é não ter pressa. E já corre até o boato de que ministros militares estariam pressionando para que Aureliano fôsse autorizado a promover mudanças no Ministério, e em certos ítens da política econômica, enquanto Figueiredo não reassume, o que deveria ser retardado ao máximo. Paralelamente a estas rasteiras, cada vez com mais insistência surgem comentários em defesa do sistema parlamentarista, "para evitar novos impasses".

QUAL É O IMPASSE?

A verdade é que Figueiredo agora ou daqui a meses, esta ou aquela alteração de ministro, este ou aquele retoque na política econômica e mesmo a adoção do parlamentarismo não serão suficientes para resolver o grande impasse em que o país se encontra. O impasse é entre o regime implantado pela força das armas e a vontade da imensa maioria da nação. É entre uma política econômica dirigida pelos interesses do capital financeiro internacional e os interesses da pátria e do povo brasileiro. É entre um governo ilegítimo, isolado e desmoralizado, e a vontade de todos os democratas de eleger pelo voto direto o presidente da República e todos os demais cargos em todos os níveis executivos do país. O impasse é entre a dívida externa (e os credores do FMI) e o anseio de progresso do Brasil. Nenhuma manobra, nenhum retoque promovido no sistema atual pelos detentores do poder pode resolver este impasse. O problema só pode ser resolvido pelas forças democráticas e patrióticas em união com o povo, com o fim do regime militar.

Entra em ação o arrocho da nova lei salarial

Os 500 mil bancários do país serão a primeira grande categoria a sofrer na carne o decreto 2045. Seu reajuste em setembro será de 46,5% (80% do INPC de julho, fixado em 58,1%) quando a inflação estimada nos seis meses abarcados pelo reajuste será de 84,5%! E esta é apenas uma amostra do que aguardam todas as categorias assalariadas, com o 2045.

Foto Chico Nelson

Manifestação de 21 de julho no Rio, a política econômica e o decreto 2045 atacados

Tomemos o exemplo de um bancário que com o reajuste passado, em março, passou a ganhar Cr$ 100 mil. Com a inflação de março a julho ele já precisaria ganhar Cr$ 143,3 mil, só para repor o poder aquisitivo perdido nestes cinco meses. Supondo-se uma taxa de inflação em agosto igual à de julho — o que é uma estimativa até modesta, hoje em dia — o salário precisaria ser de Cr$ 184,5 mil.

Ainda que fosse aplicado o INPC real, sem o 2045 nem os "expurgos" de julho e agosto, nosso bancário passaria a receber Cr$ 161,9 mil afora o chamado adicional de produtividade, a ser decidido na disputa salarial com os banqueiros. Porém de julho para cá o INPC já foi "expurgado" duas vezes, em 1,5% e 1%, reduzindo-se a 58,1%. Com o decreto 2045 o governo surrupiou mais 20% do INPC; e ainda acabou na prática com o reajuste por produtividade, que passou a ser subordinado ao desempenho da economia nacional, sabidamente em recessão. Resultado: o bancário do exemplo ganhará somente Cr$ 146,5 mil, ou seja, Cr$ 38 mil a menos do que precisaria para re compor o seu poder aquisitivo.

Para se ter uma idéia do que isto significa, basta ver os números apresentados pelo Instituto de Economia Agrícola sobre os aumentos verificados em julho nos preços dos alimentos oferecidos ao consumidor em São Paulo. Em 31 dias, o arroz encareceu 24,7%; o feijão 46,5%; a farinha 39%; óleo de soja 16%; pão 60%; carne 36%. No conjunto a alimentação para uma família ficou 17% mais cara. Em apenas um mês!

O ARROCHO COMO POLÍTICA

Nos próximos quatro meses todas as categorias assalariadas do país passarão por essa espécie de assalto por decreto que se chama 2045. E em escala crescente, já que o plano do governo federal é submeter o INPC a sucessivos "expurgos", a cada mês. O IBGE, órgão encarregado de calcular este índice, já sofreu por sua vez o "expurgo" de vários funcionários que, por honradêz profissional, não concordaram com a tramóia.

Os porta-vozes do governo argumentam que o massacre salarial seria necessário "como uma forma de evitar os efeitos multiplicadores da inflação corretiva". Ou seja, defendem uma política de soltar os preços e segurar os salários, a pretexto de que desta forma a queda do poder de compra da população terminará por conter a escalada inflacionária. Do ponto de vista dos trabalhadores é a maneira pior e mais perversa de tratar a inflação. E com resultados altamente duvidosos já que, depois de todo um semestre de arrocho salarial em medidas cavalares, as taxas de aumento dos preços continuam batendo recordes históricos a cada mês.

Pressões para bloquear o decreto 2045

Em pleno recesso parlamentar de julho, o governo militar mais uma vez aplicou um profundo golpe sobre o povo brasileiro. Cedendo às pressões do FMI e do capital monopolista internacional, os generais decretaram um novo arrocho salarial, através do famigerado decreto-Lei 2045, irmão dos não menos famigerados decretos 2012 e 2024, todos eles filhos diretos da política econômica antinacional e antipopular dos militares e de seus tecnocratas.

Não contente em confiscar mais ou menos 35% dos aumentos salariais dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, e 25% dos demais assalariados brasileiros, o governo foi mais longe. Logo após o fim do recesso, diante da indignação dos políticos oposicionistas com as novas medidas, as pressões se avolumaram sobre o Congresso Nacional.

PRESSÃO DE TODO LADO

As pressões partem de duas origens. De um lado, o governo federal, através de suas lideranças políticas, entoa um sórdido côro, como aves de rapina, dando a entender que a aprovação do 2045 é uma "questão decisiva", "vital", "da qual não se pode abrir mão". Além disso, políticos governistas insistem em espalhar pelos ares a síndrome do golpe, insinuando que a não aprovação do decreto pode representar um retrocesso político, levando até a um hipotético fechamento do Congresso.

De outro lado, as pressões surgem do próprio FMI. Através de seus porta-vozes, o Fundo assume que a aprovação do decreto é essencial para que aquele órgão do imperialismo internacional possa atuar segundo as expectativas governamentais — o que só irá acontecer depois que o Congresso aprovar o decreto.

A primeira pressão mostra com nitidez o caráter antipopular do governo federal, completamente submetido às vontades e interesses do capital internacional e definitivamente transformado em simples lacaio do imperialismo. A segunda pressão revela a arrogância e a brutalidade da ingerência do FMI em nossos assuntos internos. Hoje, mais do que nunca, este país é governado pelos homens do FMI e pelos banqueiros internacionais. São eles que ditam as normas, que orientam, que ordenam as formas de atuar dos generais e seus tecnocratas.

AONDE ENTRA O POVO

Do ponto de vista operário e popular, a derrota do decreto 2045 é fundamental. A classe operária, cansada de espoliação, espera que o que há de digno entre os políticos brasileiros fique a seu lado nesta luta contra a fome e o arrocho salarial. A batalha no parlamento será renhida e as possibilidades de vitória existem.

Mas as possibilidades só se efetivarão se houver também pressões de baixo. Assim com o governo e o Fundo Monetário pressionam o Congresso, o movimento popular e democrático deve fazer o mesmo. Moções, abaixo-assinados, pressões diretas sobre os deputados mais vacilantes das oposições e até mesmo os do PDS, manifestações de rua, greves — enfim, todas as formas de luta devem ser encaminhadas com vigor pelo movimento popular e sindical — criando uma contrapressão no Congresso Nacional.

Só assim as condições para derrubar o decreto serão mais sólidas e efetivas. O triunfo nesta luta contra o 2045 significará uma vitória pela melhoria das condições de trabalho da classe operária e dos demais trabalhadores, uma vitória contra o governo antipopular e antinacional e uma vitória contra o imperialismo espoliador e sua sucursal máxima de agiotagem, que é o Fundo Monetário.

O povo organizado nas ruas e os políticos populares a postos na trincheira parlamentar são as condições para essa importante vitória do povo brasileiro sobre os generais e o imperialismo. (**Haroldo Lima, vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados-Brasília**).

Ivete Vargas diz que acabou a tapeação do acordo PTB-PDS

"Pronto, acabou-se a tapeação", desabafou a presidente nacional do PTB, Ivete Vargas, ao assinar o rompimento do pacto PTB-PDS, torpedeado pelo decreto 2045. Logo após, ela confidenciou a Nélson Marchezan, do PDS: "Você sabe, meu querido, que eu lutei desesperadamente para manter o acordo, mas você sabe bem a pressão que estavam fazendo sobre mim".

A sentença do acordo foi um ofício lacônico, lido na Tribuna da Câmara dos Deputados: "Comunico a V. Excia., para os devidos fins e efeitos, que a partir desta data o Partido Trabalhista Brasileiro deixa de constituir, com o Partido Democrático Social, o bloco da maioria nesta casa". E por ironia o leitor foi o deputado Celso Peçanha, um defensor declarado do 2045. Porém a pressão vinda de baixo contra o acordo PTB-PDS, que já era grande, tornou-se insuportável.

Foto Agil

Ivete para Marchezan: "Lutei desesperadamente".

Não se pode dizer que o rompimento tenha sido definitivo. As declarações de Ivete Vargas, sobretudo, mesmo depois de desfeito o pacto, frisaram que o PTB não vai fazer "oposição radical". Tudo indica que a legenda continuará se passando da oposição para o governo e vice-versa, conforme soprem os ventos da conjuntura e as ofertas de benefícios. As oposições, ainda que tenham saudado a deliberação dos petebistas, sabem por experiência própria até que ponto se pode confiar nela. Sabem-no melhor ainda muitos trabalhadores que votaram no PTB pensando que sufragavam um partido de oposição, e em seguida se arrependeram amargamente.

Mesmo assim o rompimento do acordo pode ser considerado como um fator agravante do isolamento do governo e como um fruto direto da pressão exercida pelos trabalhadores contra os pacotes de arrocho salarial.

De imediato, ele retira das hostes situacionistas a maioria formal que tinham até terça-feira na Câmara dos Deputados. Agora o governo conta apenas (se é que conta) com os 235 votos do PDS, contra 244 do bloco oposicionista, que passa a ser majoritário com a adesão dos 13 deputados do PTB. Este pode ser um fator importante para a derrubada do decreto-Lei 2045, que passa agora pela Câmara. Porém, dado o caráter nada convicto de tantos parlamentares oposicionistas, e não só do PTB, a rejeição do 2045 está longe de ser segura. Dependerá de outros fatores, dentre os quais avulta o papel do movimento operário e sindical.

PT ataca a política econômica e não define o seu socialismo

O Partido dos Trabalhadores teve dia 5 uma hora para expor seu programa ao povo, em cadeia nacional de rádio e televisão. A apresentação valeu-lhe problemas com os monopólios da TV e com a Lei de Segurança, mas não chegou a mostrar uma proposta política definida. O "socialismo" que o PT prega continua nebuloso, exceto no que tem de anticomunista.

Foto Yone Simidzu

Lula na tevê: contra o "socialismo dos livros"

Ao menos nesse programa, o partido conseguiu desvencilhar-se do cacoete, muito forte sobretudo na campanha eleitoral, de concentrar seu ataque no resto das oposições e não no regime militar. Dia 5, no ecran, as lideranças petistas combateram, senão o regime diretamente, a política econômica do governo, a Lei de Segurança Nacional, o cerceamento dos sindicatos.

Isto seguramente contribuiu para manter ligados os aparelhos de televisão, apesar da ausência das novelas do horário nobre. Foi também o motivo do injustificado protesto dos empresários da TV. E das ainda menos justificáveis ameaças de enquadramento dos oradores na LSN.

QUE SOCIALISMO É ESSE?

Mesmo assim, para os trabalhadores que assistiram o programa e refletiram sobre ele, ficou a sensação de que o PT ainda não conseguiu dizer a que veio e o que pretende. Não se apresentou ali um programa, com os objetivos finais do partido, nem uma plataforma imediata, uma proposta de saída para a situação aflitiva da nação e do povo. Falou-se apenas de bandeiras isoladas, sem conexão entre si.

O encerramento da apresentação — a cargo de Luiz Inácio Lula da Silva — se tentou aproximar-se disso, ficou mais parecido com o sonho prometido no início do programa. Lula manteve-se aferrado à pregação de um "socialismo" rigorosamente indefinido. E ao tentar definir-se, fazendo até certo *suspense,* a emenda saiu pior que o soneto: o presidente do PT investiu com raiva contra o que chamou socialismo "que está nos livros" — na verdade um ataque encabulado, sem dar nome aos bois, contra o socialismo científico, marxista-leninista. Mas continuou fugindo de uma definição do "socialismo" do PT, em tudo semelhante, segundo a prática do partido e as próprias declarações de Lula no exterior, ao falso e esfarrapado socialismo social-democrata.

Os 20 mil rodoviários baianos são duramente explorados, enquanto os pelegos dão banquetes aos patrões

Rodoviários julgam pelegos na Bahia

Mais um pelego começa a tremer na Bahia. De 19 a 23 de setembro os motoristas urbanos, rodoviários e de carga, cobradores e despachantes irão às urnas para julgar o traidor Braulino Leite, do Sindicato dos Rodoviários da Bahia. A Chapa 4, *União é Força*, que reúne lideranças autênticas da categoria, promete derrotá-lo e transformar a entidade num combativo instrumento de luta dos trabalhadores.

Em 1979 os motoristas e cobradores de Salvador fizeram greve contra os baixos salários, passando por cima da diretoria do Sindicato. Na época o pelego Braulino era secretário da entidade e a posição da diretoria foi a de considerar a greve ilegal. Os rodoviários exigiam 7 mil e 4 mil cruzeiros de salário, enquanto os patrões, em acordo com a diretoria traidora, só queriam dar 5.400 e 2.700 cruzeiros, respectivamente para os motoristas e cobradores. A greve foi vitoriosa e os patrões tiveram que ceder. Os pelegos foram desmascarados.

MUITAS INJUSTIÇAS

Existem na categoria cerca de 20 mil trabalhadores, dos quais apenas seis mil são sindicalizados. É um dos setores mais explorados. O salário base dos motoristas urbanos é de 84 mil cruzeiros e os cobradores recebem a metade. No interior o ordenado é bem menor. Há patrões que exigem que os motoristas trabalhem nas folgas e nos domingos sem pagar horas-extras. Hélio Silva, motorista da Viazul e mebro da chapa 4, denuncia que "companheiros são presos pela polícia civil no exercício da profissão sem que tenham cometido crime algum. Alguns são espancados".

Na empresa N.S. de Lourdes os motoristas recebem comissão, e o salário é estipulado pelo patrão. Na Viazul os cobradores ganham 42 mil cruzeiros e na Carteira é registrado 32 mil cruzeiros. Em diversas firmas, como a Joevanza e a Camurujipe, os motoristas são obrigados a pagar quando os ônibus quebram. É a chamada PP — participação nos prejuízos. O patrão não tem prejuízo e força os funcionários a assinarem vales como adiantamento de salários para pagar até falha mecânica.

Nas empresas rodoviárias intermunicipais os trabalhadores são forçados a dormir no carro porque não lhes é pago alojamento. Muitos dormem famintos, já que não podem tirar o que comer do mísero salário que recebem. "Enquanto isso", explica Washinton Bacelar, motorista da Vibensa e membro da chapa 4, "os patrões enriquecem e as empresas estão sempre com ônibus novos".

SILÊNCIO DO PELEGO

Para sugar o sangue dos rodoviários os empresários contam com o silêncio e o apoio do Braulino Leite. Ele é conhecido como o "pelego do acordo", pois jamais foi a dissídio numa campanha salarial. "Nunca mobilizou a categoria para lutar contra a situação de fome, carestia, desemprego", afirma J. Carlos, membro da chapa oposicionista e empregado na Viazul. Braulino vive oferecendo banquetes para os patrões e nas eleições de novembro foi candidato a prefeito pelo PDS na cidade de Muniz Ferreira. Sua campanha foi financiada ilicitamente com dinheiro do Sindicato. Além disso é dedo-duro, denuncia os trabalhadores que vão à entidade reclamar de irregularidades trabalhistas.

Desavergonhado, Braulino encabeça a chapa 1 para continuar seu reinado de traições. Para confundir a categoria também lançou a chapa 2 e o seu secretário, Perciliano Santana, farinha do mesmo saco, saiu com a chapa 5. A chapa 3 é formada por ativistas que por intransigência saíram para tentar dividir os votos oposicionistas.

Além das denúncias nas portas das garagens, os membros da chapa 4, **União é Força,** vêm fazendo uma intensa mobilização da categoria para defender os seus direitos. Amedrontados, os patrões, em aliança com Braulino, ameaçam com desemprego, promessas terroristas e tentativas de subornos. "Isto não vai nos intimidar", garante Washinton Bacelar. "Nesta categoria quem poderia ser comprado já foi, que é o Braulino, pois o patrão está financiando sua campanha. Nós da chapa 4 temos o apoio da categoria e é assim que derrubaremos o pelego".

(da sucursal)

Operários gaúchos cruzam os braços em Campo Bom

Os operários das indústrias de calçados de Campo Bom, no interior gaúcho, entraram em greve no dia 8 de agosto reivindicando aumento salarial de 70% e estabilidade de um ano no emprego. No dia da paralisação mais de 1.500 trabalhadores saíram às ruas em passeata, e na manhã seguinte a greve já se alastrava, atingindo 3.500 operários.

Na assembléia de terça-feira os 1.500 presentes decidiram manter a greve e não se intimidar com a violência da PM que já prendeu seis trabalhadores e espancou um ativista. Na quarta a PM voltou à carga, cercando a sede do Sindicato, visando desorganizar o movimento.

Uma outra paulada nos grevistas foi dada pela própria diretoria do Sindicato. No início ela impulsionou o movimento reivindicatório mas, quando sentiu a disposição de luta dos trabalhadores, "saltou fora". Vários diretores sindicais são fura-greve e atuam juntamente com os patrões e a polícia.

"Nós sabíamos que seria uma luta séria. Mas lutador vai até o fim", afirma a operária Maria Solange. O entusiasmo entre os grevistas é grande. Amarildo Morais afirma: "Unidos vamos vencer. Partimos para greve e vamos até conseguir o que queremos. Se desistirmos agora não vamos conseguir o que precisamos". Nem mesmo a traição da diretoria do Sindicato diminuiu a disposição. "O Sindicato retirou todo apoio para nossa luta. Os diretores, na maioria contra-mestres, chefes e gerentes, estão trabalhando, furando greve", destaca Elias da Silva, da comissão de greve.

A indústria de calçados, tanto a de Campo Bom como a de outros municípios do Vale dos Sinos, tem obtido enormes lucros. Sua produção é dirigida fundamentalmente para a exportação e recebe vantajosos benefícios do governo, sob a forma de incentivos fiscais. Campo Bom é a terra do vice-governador do PDS no Rio Grande do Sul, Cláudio Strasburger. Inclusive sua fábrica, Franciscano, está paralisada. **(da sucursal).**

Fetaeg denuncia a ação nefasta dos grileiros em Goiás

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (**Fetaeg**) realizou entre 5 e 8 de agosto o II Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais. Nele foi denunciada a ação nefasta dos grileiros e a política econômica imposta pelo regime militar. Para Eliezer Alves Bento, vice-presidente da **Fetaeg,** "o encontro foi importante porque discutiu em profundidade a situação do trabalhador rural e a injusta distribuição de terra que vem causando o crescente êxodo de milhões de lavradores".

Eliezer, vice-presidente da Fetaeg

Em documento distribuído após o evento, a **Fetaeg** denunciou "a monstruosa e crescente grilagem de terras públicas em Goiás, especialmente no extremo norte do Estado; a entrega de grande parcela de terras a estrangeiros, a exemplo do que ocorre em Campinaçu, onde os americanos John Stanley Mauger e George G. Cowin adquirem cerca de 15 mil hectares".

Conforme o documento, existe "omissão e parcialidade da Delegacia Regional do Trabalho quanto à fiscalização no meio rural". Já no que diz respeito às leis existentes no setor, os advogados presentes foram categóricos em afirmar que todas são "letras mortas".

A **Fetaeg** repudiou o trabalho escravo a que estão submetidos os retirantes da seca do Nordeste trazidos para Goiás por fazendeiros e usineiros, como vem ocorrrendo em Maurilândia, Acreúna e Goiás Velho. E foi reafirmado no encontro que os trabalhadores rurais não reconhecem competência no Getat (Grupo de Terras do Araguaia e Tocantins) e no IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). **(da sucursal)**

César Cals quer entregar tudo

Golpe no monopólio estatal do petróleo

Prepara-se um novo golpe contra o monopólio estatal do petróleo. As multinacionais Texaco, Esso, Shell e companhia, estão negociando com o governo a liberação do monopólio sobre as importações de petróleo. Elas passariam a importar a metade do óleo que o Brasil consome. Um golpe duro contra a Petrobrás e contra a soberania nacional. Uma exigência dos banqueiros e do FMI.

Na segunda semana de agosto veio a público, através de declarações dos presidentes da Texaco, da Shell, e do ministro César Cals, que estavam sendo realizadas negociações sobre as importações de petróleo. As multinacionais, que já detêm quase a metade do comércio de derivados (gasolina, diesel, etc.) são hoje obrigadas a comprá-los da Petrobrás. A estatal efetua suas compras direto no mercado mundial, em geral junto a governos ou empresas estatais dos países produtores de petróleo.

Com as medidas em negociação, as multinacionais seriam intermediárias. Comprariam o óleo bruto e o revenderiam para a Petrobrás. A desculpa do governo é que essa revenda seria financiada por seis meses, trazendo um certo alívio. Além disso o óleo seria pago em cruzeiros, diminuindo a necessidade de captar dólares.

GRAVES CONSEQUÊNCIAS

Na prática o governo negocia nossa soberania por um punhado de dólares.

Nosso suprimento da mais importante de todas as matérias primas, o petróleo, passaria a ser controlado diretamente por multinacionais. Os reflexos na área internacional são profundos. Grande parte dos negócios que o Brasil tem realizado com outros países nascem da compra em larga escala do petróleo. O comércio entre o Brasil e a Nigéria, por exemplo, cresceu muito porque o Brasil comprou grandes quantidades de petróleo, em troca de produtos agrícolas e manufaturados. Uma transação que era vantajosa para os dois Estados, sem precisar de dólares. O mesmo acontecia com o Iraque, o Irã, entre outros. Com as novas medidas, o poder de compra do Brasil diminui, dificultando manobras bilaterais em caso de suspensão do pagamento da dívida externa ou de moratória.

COM A MIRA NO ÁLCOOL

A destruição do monopólio estatal do petróleo, já iniciada com os "contratos de risco" e que agora atinge a importação, é apenas um dos projetos em discussão com os banqueiros e multinacionais. Outro plano veio a público, na voz do Sr. Jaime Rotstein, da empresa Sondotécnica: a penetração das multis na produção do álcool, em grande estilo. A idéia seria criar grandes pólos produtores de álcool, dominados por multinacionais, e voltados para a exportação para os Estados Unidos. Este país importaria meio bilhão de litros por dia para adicionar na gasolina.

Os planos das multinacionais de dominar a produção do álcool são velhos. A Shell já tem inclusive um projeto de grande destilaria pronto. Agora, com a falta de dólares na Caixa do Banco Central e com um governo totalmente entreguista, as multinacionais intensificam o ataque.

(Luiz Gonzaga)

Ocupantes do Flor do Vale lutam pela posse da casa

Cerca de mil pessoas do Conjunto Habitacional Flor do Vale, na cidade de Taubaté, foram até o Fórum esperar a decisão do juiz sobre seus destinos. O Conjunto Habitacional foi ocupado por cerca de duas mil pessoas no início de julho e agora os novos moradores pretendem adquirir as casas. O juiz, diante da mobilização, adicu mais uma vez seu parecer.

Os moradores estão angariando apoio para a sua luta, não só em Taubaté, mas também na capital paulista. No dia 9 de agosto uma comissão esteve na Assembléia Legislativa, pedindo apoio aos deputados. Tiveram ainda um encontro com o secretário do Interior, Chopin Tavares, que se prontificou a ser intermediário na negociação.

A União de Construtores S.A., que levantou as casas com dinheiro do BNH e as deixou abandonadas durante nove anos, propôs alugá-las aos ocupantes. Mas estes recusaram, pois as querem comprar. A proposta dos moradores é que a prestação não exceda 20% da renda familiar. Já os desempregados ficariam responsabilizados somente pela conservação das casas até que encontrem trabalho.

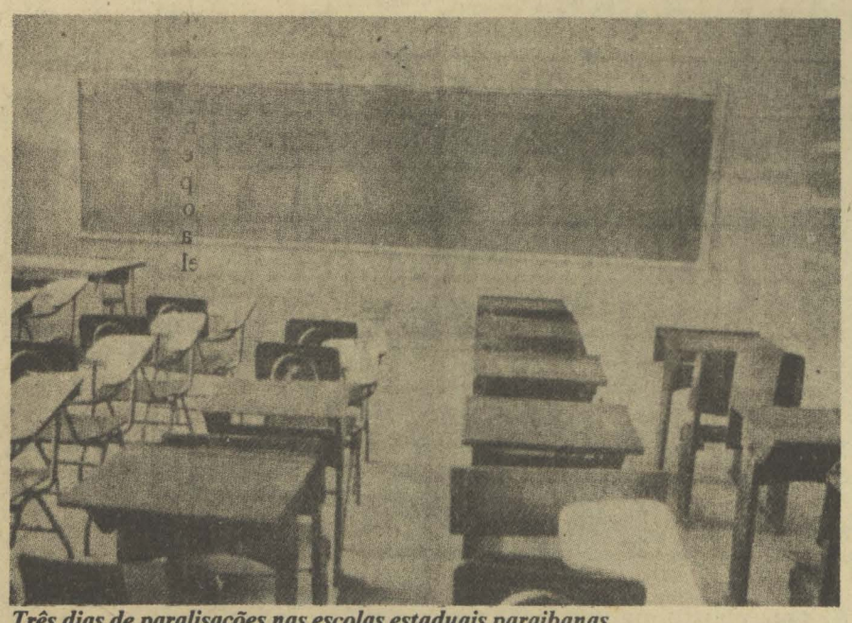
APOIO POPULAR

A população tem apoiado a luta dos ocupantes. Segundo Nadir Jacob Cury, que comprou uma casa do conjunto há três anos e paga atualmente Cr$ 92 mil por mês, "todo mundo no bairro está contente. Começamos a ter vida". Cury leva em conta que os ocupantes são pobres, humildes e desempregados, e ressalta: "Tenho cinco filhos e sei como é difícil fornecer-lhes o leite".

Sandra Almeida, representante da Comissão, pagava Cr$ 20 mil de aluguel e ganhava um salário de Cr$ 50 mil, e explica: "Moradia é um direito do povo e estas casas foram feitas pelo BNH, com o nosso dinheiro. Portanto a nossa luta é justa". Já o aposentado Pedro Tarifo, de 56 anos e 15 filhos, diz que se tivesse que pagar aluguel "iria morar debaixo da ponte".

Os que compraram as casas financiadas pelo BNH não estavam conseguindo pagar suas prestações, devido ao exorbitante aumento de 130%. Um deles, que já havia pago mais de Cr$ 400 mil de entrada, abandonou a casa e partiu para o Paraná.

Nas assembléias, realizadas toda semana, o povo vai se organizando



Três dias de paralisações nas escolas estaduais paraibanas

14 mil professores paralisam a rede estadual na Paraíba

Durante os dias 2, 3 e 4 de agosto os 14 mil professores da rede estadual de ensino da Paraíba paralisaram seu trabalho. Foi o terceiro movimento paredista nos últimos meses.

O movimento foi orientado pela AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba). A partir da experiência com as duas greves anteriores a entidade e os professores têm procurado ampliar sua união com o conjunto dos funcionários públicos. Afinal, o atraso nos salários, que ultrapassa 30 dias, atinge a todos.

Nos seus dois últimos protestos os professores conseguiram vitórias, conquistaram as chamadas "gratificação pó-de-giz" e a "gratificação de equiparação salarial". Agora o governo do Estado procura desviar a culpa para o governo federal. Os professores, no entanto, estão lutando pela atualização do pagamento. Desde que Wilson Braga assumiu o governo, os professores vêm recebendo com atraso.

No fim da greve, dia 4 de agosto, a AMPEP realizou uma assembléia geral, onde se concluiu que o movimento teve saldo positivo. Ficou marcada uma nova assembléia para o dia 15 de agosto, que deve discutir uma proposta de greve geral por tempo indeterminado. O movimento atingiu João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras, Sousa, Guarabira, Itaporanga, Esperança, Pocinhos e várias outras cidades.

(da sucursal)

CEDIM Fundação Maurício Grabois

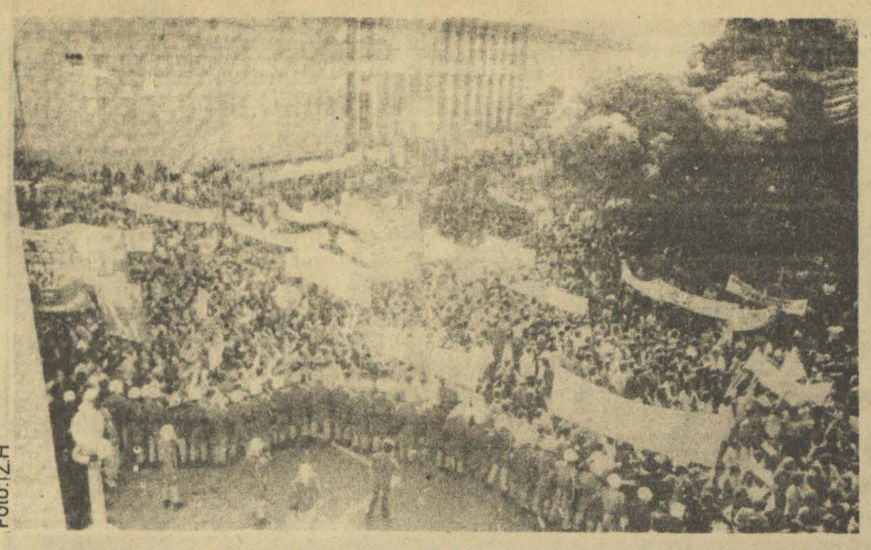


Foto: IZH

Em perigo o futuro do Conclat e do movimento sindical

Já na reta final da preparação do Conclat, uma série de acontecimentos trouxe à tona, com força, questões-chave para a unidade política e representatividade do movimento sindical: a pouca participação dos sindicatos operários nesta articulação; o pequeno enraizamento das entidades nas empresas; e, em conseqüência, o risco de manipulação e distorção do movimento por certos grupos que atuam nele.

O sindicalismo institucional e ministerialista, onde predominam pelegos e dirigentes atrasados, teme o movimento intersindical. Vê nele uma ameaça a seus planos conciliadores e imobilistas. Procura esvaziá-lo, inviabilizá-lo e evitar com isso um sindicalismo atuante e sintonizado com a ampla maioria dos operários e demais assalariados.

Já os autointitulados "autênticos" — setores do PT e da nebulosa Anampos (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical) — têm uma visão estreita e autárquica de movimento sindical. Ao agir sem considerar os interesses maiores do movimento, desencadeiam o divisionismo, com nefastas conseqüências não só para a ação intersindical mas para toda a prática política popular e progressista.

Tudo isso levou a uma grave crise, às vésperas da realização do Conclat, que se consumou com a decisão da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e outras entidades de grande porte, de não participarem do Congresso.

A gota d'água que provocou tal decisão foi o absurdo e indefensável emprego de dólares da social-democracia européia pela Anampos. Corrompendo delegados, principalmente rurais, a Anampos tentou forjar maiorias artificiais nos Enclats e no Conclat, para passar a dirigir as articulações intersindicais existentes, de forma excludente.

Criou-se assim um impasse que merece tratamento altamente responsável e maduro por parte de todo o movimento sindical.

Os operários, os sindicatos e o povo criaram uma justa expectativa em torno do Conclat

O momento que o país vive ressalta a enorme importância da realização do Conclat, como forum unitário do movimento sindical. As condições políticas e sociais marcham com rapidez para um curto-circuito. A economia, desgovernada por completo, descamba para a recessão mais brutal, com todas as suas medonhas conseqüências para os operários e demais assalariados: arrocho salarial; desemprego; e total submissão ao capital financeiro internacional, via FMI. Em conseqüência o governo se vê isolado como nunca, criticado até por seus mentores e gurus de ontem.

O Conclat é vital para o sindicalismo discutir os graves problemas do país, firmar posição sobre eles, unificar a luta sindical contra o regime militar e sua política econômica, em defesa da independência e soberania nacionais.

A classe operária, os sindicatos e o povo em geral criaram assim uma justa expectativa em torno do Conclat deste ano. Expectativa de definição de uma plataforma comum, de lançamento das bases para a criação da Central Única dos Trabalhadores. Expectativa de um enorme passo, após o sucesso da greve de 21 de julho, no rumo de uma participação mais efetiva do sindicalismo na luta de todo o povo brasileiro por liberdade, independência e progresso social.

Os acontecimentos da semana que passou colocam, de forma dramática, como são precárias as condições de unidade nas articulações intersindicais hoje existentes. Põem a nu toda uma intrincada teia de interesses menores, manipulações, recursos espúrios como os dólares da social-democracia, delegações artificiais de entidades-fantasma.

Veio à luz uma teia de recursos espúrios, interesses menores, manipulações... e até dólares

Frente a isto é urgente que o movimento sindical procure os meios e os mecanismos capazes de reconstruir a sua unidade. E que garanta a realização de um Conclat com participação massiva, particularmente do movimento operário, para elaborar uma plataforma comum de luta e continuar o processo de criação das condições mínimas para criar um centro dirigente único — a CUT.

Não edificaremos a unidade política e organizativa do movimento sindical através de atalhos pretensamente fáceis, de miúdas articulações sindicais "puras", supostamente pela base, como propõe a Anampos. Convém lembrar que tentativas desse tipo já existiram várias, e todas fracassaram. Primeiro foi o Entoes (Encontro Nacional dos Trabalhadores de Oposição à Estrutura Sindical), que morreu por falta de representatividade, consumido na luta canibalesca entre grupelhos trotsquistas e trotsquizantes. Depois foi a tentativa assemelhada de se criar uma entidade nacional de professores "pela base", que após um "apoteótico" congresso de fundação em Recife extinguiu-se em poucos meses.

De imediato é preciso uma reunião plenária de emergência da Comissão Nacional Pró-CUT

Agora a obscura Anampos poderá tentar de qualquer maneira fazer o *seu* Conclat nos dias 26, 27 e 28 de agosto. Poderá atrair para isso sindicalistas do PT e financiar-se com os dólares da social-democracia européia. Poderá alegar uma discutível legalidade, obtida por maioria de um voto, entre 23 votantes e num colégio de cerca de 70 membros — a Comissão Nacional Pró-CUT. Mas será uma aventura fadada ao fracasso, além de um passo no rumo da divisão do movimento sindical.

O impulso do movimento sindical é vital no avanço da luta política de todo o povo contra o regime que nos oprime. Porém só haverá impulso se for um impulso unitário. E unidade não se conquista capitulando frente ao regime e à estrutura sindical existente, nem às custas de dinheiro vindo de potências imperialistas para financiar uma representação artificial. A unidade real será aquela conquistada na luta comum, por um sindicalismo que se enraize nas fábricas, nas fazendas, em cada local de trabalho.

De imediato, é necessário que o movimento sindical convoque uma reunião plenária de emergência da Comissão Nacional Pró-CUT, para examinar a crise que eclodiu no seu seio. Caberá a ela superar o impasse, reestabelecer a base mínima de unidade e remarcar o mais rápido possível a data do Conclat.

(R. Freitas)

Ameaça de divisão no final da plenária da Pró-CUT

A realização do Conclat e a frágil unidade do movimento sindical no país correm sério risco. Isto ficou evidenciado na última reunião da Pró-CUT nacional, dia 7, onde predominou o exclusivismo dos sindicalistas da Anampos, agora movidos a dólares europeus, e a intransigência de outros, que preferem não realizar o Congresso. No final do encontro um lacônico "desejo-lhes um bom Conclat", dito em tom de despedida por José Francisco, presidente da atuante Contag.

Foto L. Carlos Leite

A plenária da reunião da Pró-CUT: só um terço presente, na hora da divisão.

Desde seu início a reunião, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi bastante tensa, cheia de acusações e insultos. O pano de fundo para o afloramento das divergências eram os dólares conseguidos pela Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) para tirar delegados sob a influência da corrente sindical petista.

Estes dólares serviram de argumento para os defensores da não realização do Conclat, que temiam o Congresso como fórum para aprofundar a discussão sobre os problemas dos trabalhadores e tirar um plano de lutas combativo — os mesmos que foram contra a greve do dia 21, que falam em entendimento com o governo federal e que vêem no Conclat "um confronto com o regime militar". Rangel, da Federação dos Urbanitários do Rio de Janeiro, identificado com esta corrente, chegou a abrir o jogo antes do impasse: "Não há condições para fazer o Conclat".

A primeira e acirrada discussão se deu em torno do local do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. A capital paulista já estava definida por reunião anterior, mas alguns sindicalistas insistiram na transferência para São Bernardo. Isto mesmo depois do Secretário do Trabalho, Pazzianotto, ter garantido o apoio do governo do Estado e parte da infraestrutura. Após um longo debate, venceu novamente a proposta de manter o Congresso na capital, centro político do país e maior centro operário da federação.

No final da tarde uma nova polêmica levaria ao impasse o movimento sindical. Sindicalistas, alguns deles preocupados com o uso de dólares para a tirada artificial de delegados, propuseram que o artigo 8º do Regimento Interno do Conclat fosse aprimorado ou revogado. Diz este artigo que "a Pró-CUT procurará criar condições para a participação de todas as categorias no Congresso, mesmo aquelas cujas entidades neguem-se a participar, examinando-se cada caso que vier a ser apresentado, acompanhado de parecer pelas intersindicais estaduais". Só que, com a visível utilização de dinheiro, este artigo dá brechas para facilitar a tirada de delegados sem qualquer critério.

PLENÁRIA DIVIDIDA

Alguns dirigentes sindicais propuseram a sumária revogação do artigo, enfatizando unicamente a estrutura sindical. Já José Francisco, presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi mais ponderado, propondo algumas "limitações a este artigo. As listas dos delegados das áreas rurais, onde os Sindicatos não convoquem assembléia, devem ser remetidas para a Fetag local, para que sejam fiscalizadas. Nós respeitamos o artigo 8º, mas queremos impedir trapaças e manipulações". Pouco depois houve uma evolução de sua proposta: além da Fetag, também a intersindical estadual fiscalizaria as listas que, em caso de impasse, seriam encaminhadas para a Pró-CUT nacional.

Dos 23 membros da Pró-CUT presentes neste momento — ou seja, um terço do total da comissão —, 12 anampistas votaram contra a emenda de José Francisco. Imediatamente alguns anampistas vibraram de satisfação. "Votaram contra a fiscalização porque estão com medo de ver os biônicos impedidos de viajar a São Paulo", desabafou um dirigente sindical baiano. "Agora vão poder usar os dólares a torto e a direito para ganhar o Conclat. Pura sujeira", comentou outro dirigente, do Rio de Janeiro.

No final da reunião, já bastante tumultuada, uma curta e grossa falação de José Francisco deixou todos com "uma pulga atrás da orelha". Bastante contrariado, disse: "Do mesmo jeito que vocês se submetem às decisões da Anampos, eu vou me submeter à decisão do Conselho de Representantes da Confederação... Desejo-lhes um bom Conclat".

O que parecia apenas um desabafo se concretizou no início da semana. Com o aval de 16 Federações, a Contag anunciou que não mais participará do Conclat. Alegação principal: a divisão do movimento sindical e a busca de hegemonia por parte da corrente sindical anampista. Na Conferência da Praia Grande, em 1981, a Contag participou com 363 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 916 delegados, e sua ausência no próximo Conclat prejudicará bastante o Congresso. Além disso, outros importantes Sindicatos, como o dos Metalúrgicos de São Paulo, começam a falar também em não participar.

Satisfeitos, alguns anampistas comentam: "Nos livramos dos pelegos!". Deixam claro seu interesse de construir uma central sindical sob seu controle exclusivo, como já tentaram com o fracassado Entoes.

Agora está em pauta o esforço para recompor as condições de unidade do movimento sindical. **(Altamiro Borges)**

Foto L. Carlos Leite

Na reunião do dia 7, a ameaça de divisão do movimento sindical

Como a Anampos está usando os doláres?

Na reunião da Pró-CUT vários sindicalistas denunciaram o uso desavergonhado dos dólares pela Anampos para forjar delegados ao Conclat. Acusações que deixaram quietos os dirigentes da Anampos, como José Novais, que covardemente não abriram a boca para se explicar ou para justificar de onde e para que veio a fabulosa quantia de 710 mil dólares.

Foto Luis Carlos Leite

José Francisco denuncia

José Francisco, presidente da Contag, falou das "manipulações" da Anampos. "Já está provado que no Ceclat baiano houve muita irregularidade. Dos 400 delegados do campo, uns 280 vieram à revelia dos Sindicatos. Foram arrebanhados sem qualquer critério, tirados em apenas seis municípios. Muitos nem sindicalizados eram. Nem o artigo 8º foi respeitado, haja vista que as atas das assembléias foram forjadas. Em municípios como Vitória da Conquista e Barra do Choça foram arrebanhados 40 a 50 lavradores que depois foram distribuídos pelas outras cidades".

Irritado, Zé Francisco enfatizou: "Isto é manipulação de trabalhadores. Sob a coordenação da Fetag baiana foi possível tirar delegados em 60 municípios, mas sempre um ou dois devido a absoluta falta de recursos. Já os delegados manipulados pelo Novais tiveram diárias pagas, ônibus fretados e refeições. Foram, inclusive, ameaçados de ficar em Salvador caso não votassem nas propostas da Anampos".

Um dirigente sindical baino detalhou melhor à **Tribuna Operária** como ocorreram as "trapaças": "Os delegados eleitos nos Sindicatos não tinham dinheiro nem para se descolar da sede da Fetag para o local do Congresso. Durante os dois dias eles comeram ovo com farinha. Enquanto isso o pessoal da Anampos comia nas Igrejas, onde a comida é boa. A Anampos gastou muito dinheiro, dólares. Teve ônibus fretado de Bom Jesus da Lapa, no outro extremo da Bahia, o que deve custar um milhão de cruzeiros. Cheguei a ouvir que esses delegados receberiam uma diária de seis a sete mil cruzeiros para levantar o crachá".

Ele também critica a "lavagem cerebral" feita pela Anampos. "Quem não concorda com as suas propostas é pelego, traidor, burguês". O próprio Nilson Bahia, presidente do Sindiquímica, e que chegou a ser indicado pela convenção do PT como candidato ao governo estadual, foi taxado de pelego. Um camponês, velho conhecido, veio lhe perguntar se era verdade que ele teria se filiado ao PDS.

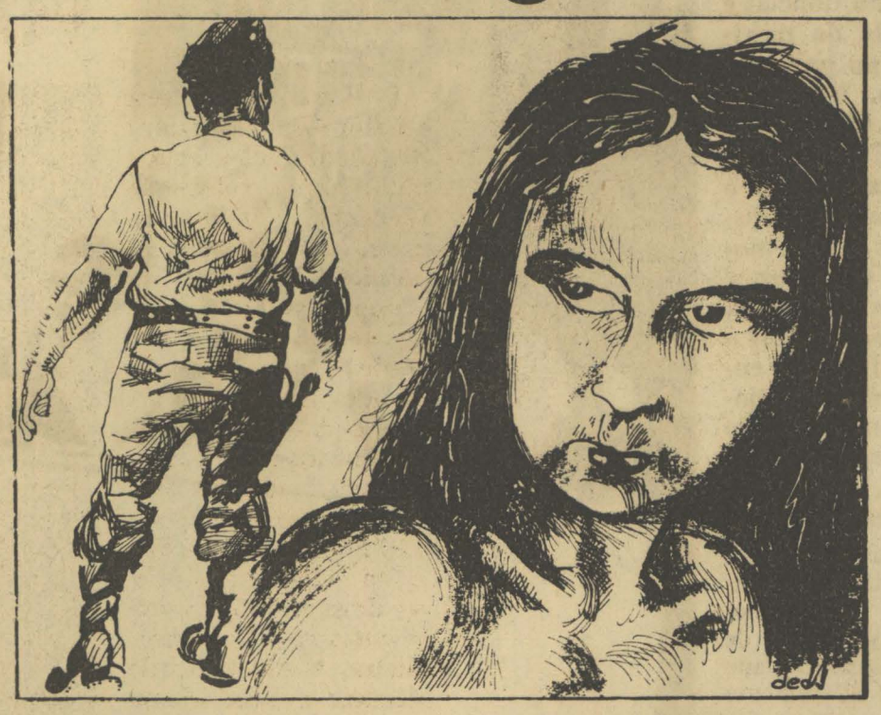
GRANDE INDIGNAÇÃO

Frente às denúncias, o constrangimento foi enorme na reunião. José Novais, duramente criticado, ficou quieto. Outros o defenderam de forma tímida. Armando Rolemberg, da Federação dos Jornalistas e identificado com a corrente sindical petista, chegou a criticar a utilização dos dólares e propôs formas para controlar a tirada irregular de delegados. Abdias dos Santos, do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, mostrou-se descontente com a situação. Entrevistado pela **Tribuna Operária** comentou: "Tenho ouvido várias acusações, as mais sérias da Bahia. Sou da Anampos mas não sei nada sobre o dinheiro. Vou pesquisar e quando souber algo virei a público para me posicionar".

Já a Anampos-Bahia divulgou um documento onde, além dos ataques gratuitos à **Tribuna Operária**, confirma o "recebimento da ajuda prestada pelas centrais sindicais européias". Contraditoriamente diz que "não firmou nenhum compromisso ou acordo político", quando o texto do pedido de dinheiro (**ver TO nº 129**) fala claramente: "Sua contribuição poderá se dar em parte do Projeto que mais esteja vinculada aos **objetivos e prioridades de sua instituição**". É como afirma indignado José Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Barra, "aceitar a ajuda da social-democracia é aceitar o dinheiro do próprio capitalismo".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Polícia estupra jovem gaúcha na delegacia



O estupro praticado por policiais no interior da 15ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre no último dia 28 contra a jovem Márcia provocou estarrecimento e revolta, sobretudo tratando-se de um órgão cuja finalidade deveria ser de proteger e não aterrorizar a população.

O fato de que tantas mulheres sejam tão freqüentemente espancadas, agredidas e violadas não pode mais ser ignorado pela opinião pública. O estupro continua sendo um dos principais crimes mais praticados contra a mulher e o menos denunciado de todos. Isto decorre de uma ideologia que difunde, entre outras coisas, o mito de consentimento masoquista da mulher. Sua ocorrência está diretamente vinculada a uma estrutura social que vem resistindo às transformações indispensáveis para que a mulher assuma seu papel na sociedade como um ser livre e íntegro. Que se pode esperar de uma sociedade onde o corpo da mulher é visto como objeto sexual de consumo e de publicidade, a não ser atos de selvageria?

Nós, mulheres que lutamos contra a condição de inferioridade que nos é imposta, recusamos ser cúmplices do silêncio com que se costuma subestimar a gravidade desse tipo de violência. Insistimos na necessidade de serem criadas condições para que as mulheres violadas venham a público exigir justiça. Solidárias com a companheira estuprada, sentimos que todas nós fomos atingidas. Convocamos a opinião pública e a imprensa para que repudiem todas as formas de violência sexual, assumindo um papel atuante para sua urgente eliminação. Ao mesmo tempo, exigimos dos órgãos responsáveis todo o empenho no esclarecimento dos fatos e na punição dos responsáveis por tal ato de agressão.

(Movimento Unitário da Mulher Gaúcha-Porto Alegre, RS)

Recebemos diversas cartas de avaliação da Greve Geral do dia 21. Seja de quem dela participou seja dos que ficaram de fora, como os bancários do Banco do Brasil e da Bahia e os rodoviários do Rio de Janeiro. Se as cartas vieram é porque nosso jornal chegou até lá. Cumpriu seu papel de divulgar um importante movimento popular.

Também queremos destacar o crescimento do número de cartas escritas por mulheres, um indício claro do avanço da luta popular. (Olívia Rangel).

Por que o correio da Bahia faz a *TO* atrasar?

Os leitores assinantes da **Tribuna Operária** que residem nas cidades da região metropolitana de Salvador estão sendo prejudicados no recebimento dos exemplares em suas residências. É que os jornais que são colocados aos sábados nos correios em Salvador, só estão sendo entregues dez dias após (às vezes até mais). Vem acontecendo isto com freqüência nas localidades de Simões Filho (CIA), Camaçari, Nova Disa D'Ávila, entre outras.

Diante do exposto, vários assinantes estão desistindo de renovar suas assinaturas, como também outras pessoas interessadas estão perdendo o interesse.

Por não termos conhecimento de fatos desta natureza em outras localidades, alertamos a sucursal do jornal em Salvador para que, junto à direção dos Correios, procure verificar e corrigir esta irregularidade.

A irregularidade vem acarretando prejuízos não só para os leitores, como também para o próprio jornal, que conseqüentemente passará a perdê-los. **L.C.A. assinante da TO em Simões Filho, BA)**

O 21 de Julho incentiva greve operária em Cambé

Cerca de 113 metalúrgicos da Pinhal, em Cambé (Paraná), cruzaram os braços no último dia 25 reivindicando o pagamento do salário atrasado que é rotina desde novembro passado. A decisão de entrar em greve teve início no dia 21 — Dia da Greve Geral —, com os operários incentivados pelas pichações em frente a fábrica convocando para paralisação geral e para o ato de protesto em Londrina. Com isso o movimento cresceu entre os operários e cerca de 60 procuraram o Sindicato para comprometê-lo.

No dia da greve a PM compareceu ao local para intimidar os grevistas. Por volta das onze horas um dos diretores da empresa reuniu os grevistas no refeitório e prôpos que voltassem ao trabalho, mas ninguém aceitou a jogada. Mas após o almoço a diretoria do Sindicato e o representante do Ministério do Trabalho convenceram os operários a voltar ao trabalho sem qualquer garantia de vitória. Na manhã de terça, quando voltavam ao serviço, os operários encontraram um grande número de policiais e souberam que a empresa tinha feito demissões e queria que os dispensados assinassem a recisão do contrato por justa causa.

Niguém aceitou assinar os papéis. Apesar das demissões, ninguém se arrependeu. Segundo alguns deles é melhor procurar outro emprego do que trabalhar sem receber e ainda ser tratado como escravo.

(José Carlos Trizotti, correspondente em Cambé)

Poção das Pedras tem gente com fome

Estou escrevendo para a **Tribuna Operária** para dar umas notícias para vocês.

Aqui em Poção das Pedras tem até gente passando fome. Muitos têm arroz nas usinas que estão nas mãos do senhor Jerson de Sá. E quando os pobres vão procurar o arroz ele diz que não tem e que não vai vender gado para pagar arroz de ninguém.

Esse arroz foi gasto na política. Esse Jerson de Sá é político e pensa que porque o sobrinho dele é prefeito (Luis de Sá) ele é dono da cidade inteira. Vou mencionar alguns nomes dos que têm arroz na mão dele: Manoel José, Eneas, Bió de Água Branca, Martin Passa e Fogoió. Esse Fogoió já foi preso 19 vezes na casa de Jerson de Sá ao procurar seu arroz; e volta sem nada. Pedrosa, de Cana Brava, também ainda não recebeu seu arroz. Além desses Chico Preto, Adelino, Arlindo, Abel Gomes de Matos, Zé Gato, Estevão e Agenor. Eles todos do interior de Alegria, todos pais de família e com precisão.

(A.M.S.-Porção das Pedras, Maranhão)

Philco demite uns e manda outros fazerem hora-extra

Numa época de desemprego, a Philco de Tatuapé obriga os funcionários a fazer horas-extras em dias de semanas e aos sábados. Isso depois de ter despedido milhares de funcionários, sob o pretexto de que essa unidade iria fechar, transformando-se em depósito. Apesar disso, filas enormes de desempregados se formam todas as manhãs em busca de vaga.

A obrigatoriedade da extra é efetivamente exercida na linha de montagem que tem como encarregado o sr. Pedro Bento Figueiredo. Esse senhor ameaça os funcionários de demissão no próximo "corte" que houver, além de descontar na folha de pagamento o sábado e domingo, que são direitos do trabalhador. A seção tornou-se um inferno após a entrada desse encarregado. Nem ir ao banheiro é permitido, e não se pode dirigir nem uma palavra a uma companheira de trabalho.

As pressões e ameaças são constantes, por isso as crises de nervos e choro são freqüentes. Como dizem na linha, o sr. Pedro prá cavalo só falta as orelhas, porque coice ele tem de sobra. Será que não bastam as 10 horas (com sábado livre) diárias de trabalho pesado e stressante?

(J. Amiga da TO-São Paulo, SP)

Rodoviários lamentam não ter aderido à greve geral

Nós, rodoviários do Rio de Janeiro, ao lermos o nosso porta-voz da verdade, **Tribuna Operária,** dizendo e provando que a greve geral foi um sucesso, ficamos muito satisfeitos. Só lamentamos que nós também não tenhamos participado desse justo e vitorioso protesto nacional contra a política de fome e desemprego do governo dos truculentos generais.

A categoria nunca ficou tão desinformada como está. Chegou ao ponto de nem saber o que iá acontecer no dia 21. Tudo isso devido ao fato de termos como presidente do nosso Sindicato um patrão, um ex-inspetor da Viação Acari. Ele faz vistas grossas e dá as costas a categoria.

Já na escolha dos nossos delegados para o Enclat não houve assembléia. Os delegados foram escolhidos por telefone.

Diante das várias injustiças no setor a categoria fez uma passeata no dia 7 de junho. Mas a diretoria não gostou, indo aos pontos de ônibus distribuir boletins contra a manifestação, alegando ser um movimento partidários. Diante de tudo isto está provado que nós não podemos ficar a mercê dos traidores do nosso Sindicato. Devemos reagir, organizados, contra estes crimes. **(grupo de rodoviários amigos da Tribuna Operária).**

Não é assim que se defende o Sindicato

No último dia 4 foi realizada a 2ª Assembléia Geral da campanha salarial deste ano, a primeira depois da intervenção do banqueiro Murilo Macedo, Ministro do Trabalho. A Junta Governativa (interventora) composta por três "bancários" que nem sindicalizados são (vide **TO** 130), desautorizou a convocação da Assembléia na sede do Sindicato.

A diretoria cassada, que vacilou no movimento do Banco do Brasil na luta contra o pacote das estatais, também titubeou em relação à greve geral do último dia 21 ao não organizar a categoria para a participação. Na última Assembléia, sob a alegação dos diretores estarem sendo pressionados pela Polícia Federal a não realizarem a assembléia na nossa sede, propusseram, numa atitude defensiva, que esta se realizasse em outro sindicato.

Não permitiram que o plenário se manifestasse com outras propostas e cassaram inclusive a palavra de um companheiro do Banco do Brasil.

Além de não abrir a palavra, agrediram este companheiro do BB. O presidente Augusto Campos retirou-lhe o microfone, enquanto o tesoureiro Antônio Lucas agarrou-o e o secretário geral, Luís Antonio, gritava histéricamente: "Quebra ele! quebra ele!"

A visão política desta diretoria se mostra mais uma vez estreita e exclusivista. Ao invés de procurar somar forças na luta contra a intervenção sindical, desvia seu alvo central procurando atingir elementos e correntes políticas dos quais divergem. Isso gera na categoria um grande descontentamento, levando-a a se distanciar ainda mais da atividade sindical. Isso será superado quando mais e mais bancários se organizarem em defesa de um sindicato combativo e unitário. **(Amigos da TO no Banco do Brasil-São Paulo, SP).**

Radicais na aparência, mas frearam o movimento

A perspectiva da greve geral do dia 21 na nossa categoria, a dos bancários baianos, era real. Só não foi deflagrada devido a ação dos banqueiros e de muitos diretores do Sindicato dos Bancários contrários a paralisação. Logo de início dois diretores, Beraldo Boaventura e Valdir Régis, que nunca foram dentro dos bancos mobilizar a categoria para lutar, sairam na frente desmobilizando o pessoal. E o pior: lançaram uma nota se colocando contra a greve geral.

Muitos diretores, aparentemente radicais, também contribuiram para que a greve não se concretizasse. Iam para dentro dos bancos dizer que a greve estava inviabilizada, contribuindo para esfriar os ânimos. O diretor Pedro Barbosa levantou a proposta de que só entraria em greve caso metade da categoria da capital mais um estivesse na assembléia e se todos concordassem com a paralisação.

O presidente do nosso Sindicato, Osvaldo Laranjeiras, pouco se empenhou para construir a greve. Deu uma entrevista no **Jornal da Bahia** falando que a greve estava difícil de ser deflagrada. Uma opinião desta é claro que contribui para desmobilizar os bancários. No dia 20, na assembléia decisiva, toda a diretoria, com excessão de quatro diretores, foi contra a greve. Mesmo assim por pouco a greve não foi decretada. É claro que não podemos afirmar que muitos diretores que se colocaram contra a paralisação nesta assembléia, trabalharam contra ela.

Na nossa avaliação havia condições de se fazer a greve, haja a visto o grau de descontentamento nos bancos, principalmente nos particulares. Num processo de greve geral ainda que não parasse toda a categoria, já se constituiria numa vitória a paralisação nos principais bancos. E existia muitos companheiros dispostos a fazer piquetes. **(Francisco Alberto, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia).**

"Na greve geral estávamos a fim de parar"

Muito arrocho, muita exploração: é a situação a que estamos expostos nesta empresa chamada Gril. É uma empresa que presta serviços de restaurantes a várias empresas do Pólo Petroquímico.

Emprega centenas de trabalhadores nas piores condições. Estas empresas de prestação de serviços são as que mais cometem irregularidades, desrespeitam até a própria legislação (fascista).

Atrasam salários, pagam os piores salários, transportam a gente em ônibus caindo aos pedaços e que atentam contra a nossa segurança, sem falar nos atrasos a que todo dia temos que amargar: um absurdo que todo dia percamos de duas a três horas esperando o transporte sem ganhar estas horas. Por isso, na greve do dia 21, estávamos a fim de parar. Era só a turma do piquete ter mandado e nós não iríamos trabalhar.

Infelizmente, nosso sindicato ainda está nas mãos dos pelegos e por isso impede nossa ação. Mas estamos nos preparando para derrubar o pelego. Assim, certamente, poderemos lutar contra esta situação.**(Trabalhadores da Gril-Leitores da TO-Pólo Petroquímico Camaçari)**

Têxteis denunciam a repressão na Bahia

Em primeiro lugar queremos repudiar as prisões arbitrárias da Polícia Federal contra os 28 democratas desempregados, populares e os 6 diretores do Sindicato dos Têxteis: Vilobaldo, Braz, Elizete, Daniel, Gilmar e Arnaldo, sendo que estes dois últimos não foram indiciados na famigerada Lei de Greve.

Apesar da pouca experiência, os têxteis baianos decidiram pela greve geral conversando com os companheiros nas portas de fábrica. E a disposição dos operários era de uma paralisação geral da Fisiba e da Cobafi, as duas maiores e mais importantes, como resposta a este regime que aí está totalmente submisso às ordens do FMI e dos banqueiros internacionais. Compreendendo que a greve é a maneira mais conseqüente de dar um basta nesta situação que nos é imposta pelos patrões através do regime militar. Os têxteis, assim como outras categorias, continuarão a preparar a greve geral.

Atenção pessoal de São Paulo: na diretoria do Sindicato houve pessoas que não assumiram a greve. Dos tais que fazem discursos bonitos e combativos e na hora "H" se escondem.

Importante: A Polícia Federal além de ter deixado a gente em pé durante seis horas, ainda comeu nosso lanche. Só fomos soltos através de fiança impetrada pelos advogados Nélia Cristina, Jeferson Braga, Joelson e Márcia Virgens.

(Elizete—diretora do Sindicato dos Têxteis de Salvador, Bahia)

Centro de Documentação e Memória Fundação Perseu Abramo

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Lições contra a estreiteza

"Só com a vanguarda é impossível vencer. Lançar apenas a vanguarda para a batalha decisiva, quando toda a classe, quando as amplas massas não adotaram ainda uma posição de apoio direto à vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade benevolente relativamente a ela e de incapacidade completa de apoiar o adversário, seria não só uma estupidez, mas também um crime. E para que realmente toda a classe, para que realmente as amplas massas dos trabalhadores e dos oprimidos pelo capital cheguem a tal posição, a propaganda e a agitação por si só não bastam. Para isto é necessária a própria experiência política destas massas."

MARCHAR COM AS MASSAS

Estas palavras de Lenin em 1920, ao combater as posições esquerdistas no movimento comunista, permanecem inteiramente atuais. Ainda hoje é muito freqüente encontrar os que pretendem marchar isolados, sem nenhum compromisso, sem nenhum acordo com outras correntes que atuam entre os trabalhadores, porque as consideram oportunistas.

Na preparação da greve geral do dia 21 isto ficou evidente. Duas semanas antes, sem considerar que parcelas das massas estavam nas ruas, já em luta, houve quem dirigisse a atenção principalmente para a "manobra do PT" que detonou o movimento grevista não visando os interesses das massas mas sim a sua própria promoção. A "manobra" existia? Provavelmente sim. Mas isto era secundário. O importante é que parcelas significativas dos trabalhadores atenderam ao chamado e, mais do que isto, passaram à frente das direções sindicais e se lançaram num vigoroso movimento grevista de massas — principalmente no ABC. O papel dos elementos de vanguarda não poderia ser outro senão apoiar resolutamente este entusiasmo, organizar suas forças e contribuir para que os mais amplos setores elevassem o seu nível de consciência.

Com a eclosão do movimento numa reunião de sindicatos metalúrgicos, provavelmente para "dar uma esfriada" e também para disputar lideranças com os dirigentes petistas, alguns conhecidos pelegos propõem que a greve geral seja marcada para o dia 15 — uma semana depois — e logo em seguida numa reunião com 137 sindicatos de todo o país, este prazo foi adiado para o dia 21. Novamente aparecem as tendências puristas, concentrando fogo nesta "outra manobra", sem ver que o mais relevante era que a greve tinha dia marcado, e com apoio dos maiores e mais importantes sindicatos do país, compreendendo categorias que somadas significavam milhões de trabalhadores. Se os dirigentes destes sindicatos são pelegos ou não é outra questão — que não deve ser esquecida — mas também aqui o essencial é que setores de massas seguem a sua influência e estavam sendo chamados para o combate.

MOBILIZAR MILHÕES

A revolução é uma tarefa para um exército político de massas. Não se pode contar aos milhares, mas aos milhões. Para isto não se pode desprezar nenhuma forma intermediária, visando afastar a influência burguesa, que mantém inertes grandes contingentes de trabalhadores. Os compromissos, seja com esta ou aquela corrente política ou sindical, devem ser vistos deste ponto de vista. Se contribuem para incorporar novas camadas à luta de classes, se facilitam a mobilização de massas e o amadurecimento de suas consciências políticas, servem à revolução.

Com o avanço da luta de classes, as velhas lideranças oportunistas vão sendo desmascaradas. E novas formas de luta vão se colocando na ordem do dia.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsavel: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olivia Rangel.

Sucursais:
ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS — Manaus:** Rua Simon Bolivar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ — Belém:** Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO — São Luiz:** Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ — Teresina:** Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar CEP 64000. **CEARÁ — Fortaleza:** Rua do Rosário, 313, sala 206. CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4, CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE — Natal:** Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim CEP 59000. **PARAÍBA — João Pessoa:** Rua Padre Meira, 30, sala 108, CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO — Recife:** Rua do Sossego, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3, CEP 55300. **ALAGOAS — Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183, Centro. CEP 57000. **SERGIPE — Aracajú:** Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. **BAHIA — Salvador:** Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. **MINAS GERAIS — Belo Horizonte:** Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605. CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constanca Valadares, 3º andar, sala 411, CEP 36100. **GOIÁS — Goiânia:** Rua 27. nº 69 Centro - CEP 74000 - Goiânia-GO **DISTRITO FEDERAL — Brasília:** Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. **MATO GROSSO — Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095, CEP 78000. **ESPÍRITO SANTO — Vitória:** Rua Vitória, 961 - Forte São João - CEP 29000 - Vitória-ES - **RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605, CEP 26000. **SÃO PAULO — São Bernardo do Campo:** Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303, CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592, CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119, CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, 7, CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7, CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5, CEP 12100. **PARANÁ — Londrina:** Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre:** Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montaury, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100. Rua Andrade Neves, 1589 sala 403 - Pelotas-RS. CEP 96100.

A **TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8 Tels. 263.3115 São Paulo-SP

S. Nery

Grupo Folclórico de Itapecerica, Minas Gerais.

Folclore, uma cultura dos explorados

Agosto, mês de folclore. Época de festa. Olímpia faz o seu festival. Outras manifestações são realizadas. Algumas instituições oficiais ligadas ao folclore e os intelectuais do folclore manifestam o seu desacordo com a política, solicitando mais verbas.

O folclore, embora muitos não consigam enxergar essa verdade, é uma cultura progressista das massas. Elas a criam para suprir as suas necessidades. Ela está em contradição à cultura oficial.

Vamos encontrar o produtor de folclore em vários lugares e em todos os setores da produção. Tanto ele está na cidade como no campo. Tanto ele produz alimentos como produz as ferramentas que o ajudará a produzir alimentos. Com isso temos que o produtor de folclore está entre os trabalhadores que vivem dentro de um sistema de exploração de sua mão-de-obra.

No desenvolvimento do homem, durante os períodos históricos, vamos ver que à medida em que o homem desenvolve suas técnicas de trabalho, conseqüentemente surge também suas atividades artísticas e culturais. Com o surgimento da sociedade de classes, a cultura passa a ter um caráter de classe. Temos então a cultura das classes dominantes e a cultura das classes exploradas.

O explorado é um marginal da cultura oficial, onde somente os filhos da classe dominante têm acesso ao conhecimento ministrado nas escolas. E o ensino das escolas não é dirigido para sua libertação, e sim para a exploração do homem pelo homem.

Através da experiência prática, surge a cultura dos explorados, que os intelectuais chamam folclore. As massas alijadas da comunicação de massa e da cultura oficial têm necessidade de criar as suas técnicas de trabalho e também de organizar as suas manifestações artísticas.

No trabalho, na arte, temos a poesia, a música, a pintura, a escultura, a literatura oral. Todas essas atividades artísticas encontram-se perfeitamente dentro dos grupos de folclore. É a bandeira para ser pintada. São os instrumentos para serem afinados. Até coreógrafos podem ser encontrados nesses grupos. As congadas, folias de reis, caboclos, pastores e outros folguedos populares usam largamente desses artistas, na maioria das vezes anônimos, mas não na comunidade em que vivem.

Essa cultura, embora sendo criação do povo, muitas vezes é apropriada por determinados elementos com um único objetivo: o lucro. Gravam discos, fazem filmes, editam livros, e os criadores dessa cultura, na maioria das vezes, nem ficam sabendo.

E apesar de o folclore ser uma cultura dos explorados, freqüentemente vamos encontrar em algumas festas uma certa aliança entre a classe dominante e as classes exploradas. Isto tem levado muitos pesquisadores a um engano, pensando ser essa cultura tanto de um classe como de outra. Uma análise mais profunda vai demonstrar, porém, que as classes dominantes, nessas festas, apenas representam o papel que lhes cabe: reis, rainha, princesas, enfim, a corte. Do outro lado estão as camadas populares dançando e fazendo reverências para os reis. Simbolizam as mesmas reverências dadas às classes dominantes.

Nesses momentos está sendo representada a ideologia da classe dominante. Nessa situação, o folclore não pode ser chamado de cultura progressista da massa, pois está a serviço de sua classe antagônica. O folclore é uma cultura em si, ainda. Quando o produtor de folclore passa a ter consciência de classe, essa cultura também ganha esse aspecto novo.

À medida em que os produtores de folclore freqüentam sindicatos, lutam por melhores condições de vida, contra a exploração, sua cultura passa a ser inclusive uma cultura revolucionária. Não existe contradição entre a cultura das massas, isto é, o folclore, e a cultura proletária, e sim contradição com a cultura da classe dominante, de exploração e alienação.

Quando a classe operária chega ao poder a cultura oprimida passa a ser dominante. E as manifestações folclóricas passam a ser estudadas, preservadas e divulgadas, não se limitando a pequenos grupos ou comunidades. Passam a ter acesso aos veículos de comunicação de massa.

(Sebastião Nery e Alaide Rodrigues da Silva)

Alaide R. da Silva

Folia de Reis na Vila Penteado, São Paulo.

Vera e Isabel, as estrelas do nosso vôlei

O Brasil não venceu o Campeonato Sulamericano de Vôlei Feminino. Mas o vôlei está vencendo, cada vez mais, a batalha pelo público. Na final do Campeonato, 6 de agosto, um público recorde para o esporte amador (em recinto fechado) lotou o ginásio do Parque São Jorge, em São Paulo, na partida Brasil × Peru: 13.217 pagantes. A Tribuna Operária **ouviu as duas principais expoentes da seleção brasileira, Maria Isabel de Alencar e Vera Mossa sobre o vôlei e a mulher no esporte.**

Arquivo

Vera: "Não existem técnicas".

T.O. Como está o vôlei no Brasil?

Isabel. Ao passo que existe maior interesse das pessoas em praticar o voleibol, os clubes se interessam em promover mais as escolinhas...

T.O. Fica só a nível dos clubes? E a rede oficial de ensino?

Isabel. O esporte amador em geral deveria ser implantado nas escolas. Todas as pessoas teriam condições de praticar. Infelizmente... Fazer uma quadra, por exemplo, é caro. E tem escola que nem cadeira pra sentar tem, quanto mais uma quadra...

T.O. E a profissionalização do vôlei?

Vera. O único esporte profissional que tem aqui no Brasil é o futebol, porque é massificado, porque tem milhões de jogadores. Mas o vôlei, se você profissionalizar, não vai ter uma seleção pra defender o país em campeonatos como este sulamericano, de amadores.

T.O. Existe diferenciação no tratamento do esporte masculino e feminino?

Vera. O tratamento é nivelado. É claro que o vôlei masculino tem um nível técnico muito mais elevado que a gente. Mas a confederação procura dar tudo de melhor pra gente. Não faz grandes diferenças.

T.O. E existe discriminação em relação à mulher esportista?

Isabel. O vôlei é mais aceito, pelas pessoas, que a mulher pratique. Já com o basquete talvez seja pior, porque tem o contato físico. Acho que existe um preconceito por ser atleta, jogadora. Deprecia um pouco uma pessoa. Você dizer — "sou médico" —, enobrece. Atleta não enobrece. Hoje as pessoas acham legal ser jogadora de vôlei, mas há três anos atrás não era assim. Esse é um preconceito ao esporte. O esporte no nosso país não é uma coisa conhecida, divulgada, incentivada. É uma luta para você praticar esporte. Você paga pra jogar. Não é um direito de todo mundo.

T.O. Inclusive a maioria das jogadoras da seleção é de classe média...

Isabel. De classe média pra alta. No atletismo não tanto, mas no vôlei é isso. Ninguém tem dinheiro pra comprar um tênis, freqüentar um clube, pagar uma escolinha... Nem sempre a pessoa pode pagar uma mensalidade num clube só pro filho jogar bola.

T.O. Mesmo no esporte feminino, a comissão técnica é masculina. A que se deve isso?

Vera. A comissão é toda masculina porque não existem, praticamente, técnicas mulheres. Não sei se existiria discriminação... Nunca houve essa disputa entre técnicos e técnicas, porque não existem técnicas.

Isabel. Eu não atribuo a falta de técnicas no Brasil ao machismo. O machismo atrapalha em outras coisas, mas nesse caso há uma falta de interesse das próprias mulheres. Na medida em que uma mulher faça educação física, se preocupe em montar um timinho, uma escolinha... Os homens procuram isso, as mulheres não procuram.

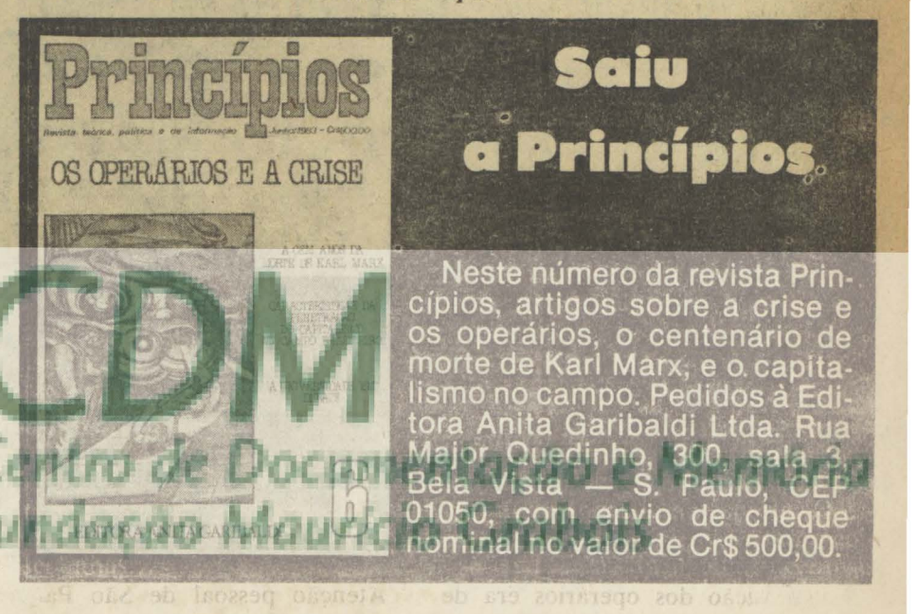
T.O. E o esporte tem sido gratificante para vocês?

Vera. Pra mim está super bom. Estou com 18 anos e com três anos já na seleção, e um ano como titular. Está cada vez melhor.

Isabel. Eu adoro jogar voleibol. Eu jogo por prazer.

Nelson Amaral

Isabel: "O esporte amador deveria ser implantado nas escolas".



CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

"A Nicarágua sabe o que quer"

José Luis Guedes, deputado federal pelo PMDB de Minas Gerais, participou da numerosa delegação de parlamentares brasileiros que esteve na Nicarágua em julho. Em entrevista exclusiva à *Tribuna Operária* ele conta o que viu durante a visita e o que a Nicarágua Sandinista, cercada pelas naves de guerra americanas, espera da solidariedade brasileira.

No "Comitê de Defesa Sandinista", meninos que dão aulas de política; abaixo, os visitantes brasileiros participam de uma festa popular

Guedes ressaltou que, na sua passagem por Manágua, León e Masaya, os visitantes brasileiros puderam ver e ouvir o que quiseram. "Apesar de tudo que a imprensa fala no Brasil, há hoje na Nicarágua o que eles chamam uma economia mista e um sistema político com características absolutamente pluralistas. Estivemos não só com os líderes da Frente Sandinista mas com todos os partidos, inclusive os da *Coordenadora Democrática*, que são de oposição. Mantivemos inclusive encontros em que nossos interlocutores pediram que a imprensa se retirasse para poder conversar mais à vontade".

"Nós tivemos — diz Guedes — um acesso livre a toda a população. Com as organizações de massas e com o povo mesmo. Hoje o povo nicaragüense é dirigido por uma Junta de Governo onde todos os setores populares e democráticos estão representados. Pudemos notar na organização do governo dois aspectos importantes. De um lado a garantia democrática de participação de todos os setores da população, que se dá no Conselho de Estado, o órgão máximo do país. De outro lado pudemos notar a clara e justa predominância dos setores populares nos órgãos de decisão".

Assembléias pela madrugada afora

Mas a maior preocupação do deputado, eleito com uma plataforma marcadamente popular, foi buscar contato direto com as massas trabalhadoras do país, ver como vivem e lutam, o que pensam.

"Saímos por exemplo pela madrugada afora, junto com um Comitê de Defesa Sandinista, que organiza a segurança, feita pelo próprio povo, por bairro e por quarteirão. Percorremos a periferia de Manágua. O pessoal de vigília acordava o povo e fizemos então verdadeiras assembléias de massas. O homem do povo lá tem acesso às armas. Trabalha com sua ferramenta numa mão e o fuzil na outra. Até os jovens e mesmo meninos de 14, 15 anos, nessas reuniões nos deram verdadeiras aulas de política, falando com desembaraço sobre a situação internacional e dentro do seu país. Eles lá sabem bem o que querem".

É esta base popular sólida que faz com que José Luis Guedes confie na capacidade dos nicaragüenses vencerem a agressão americana, e sem cair nas mãos de alguma outra potência dominadora. "Ouvimos garantias categóricas, do governo e do povo, de que a Nicarágua não precisa de um só soldado estrangeiro para a defesa da revolução sandinista. Os nicaragüenses consideram que são os únicos que podem e que devem fazer esta defesa".

A solidariedade tem duas mãos

O visitante brasileiro encontrou esta mesma potura no *Comandante* Tomas Borge, "a maior liderança política do país atualmente e o único fundador da Frente Sandinista que sobrevive". Para Guedes, Borge, que "teve contato direto conosco no trato com as questões internacionais" demonstrou que "não tem nenhuma posição de sintonia ou menos ainda submissão a qualquer potência estrangeira, seja a União Soviética, seja qualquer metrópole européia. É um homem sintonizado com o seu povo".

Quarta-feira passada, Guedes esteve, juntamente com outros membros da delegação, numa audiência com o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, para expor como foi a visita, transmitir o desejo nicaragüense de estreitar relações com o Brasil. Os deputados salientaram em particular a necessidade e urgência do Brasil designar um embaixador para encabeçar sua representação diplomática em Manágua, coisa que inexplicavelmente não acontece até hoje.

Ele frisou também que os nicaragüenses estão dispostos também a ter um contato direto com as organizações de solidariedade que vão se criando no Brasil. "Para além do intercâmbio com o governo, diplomático e comercial — disse — eles dão muito valor à relação com o nosso povo. Um grupo de mulheres da Nicarágua poderá visitar o Brasil brevemente. E estamos certos de que, numa tarefa como a solidariedade ativa à Nicarágua revolucionária e sandinista, diante da agressão americana, é como uma via de duas mãos: nós os ajudamos, ao prestar nosso apoio; mas eles também nos ajudam, ao mostrar com seu exemplo que mesmo uma nação pobre e pequena não precisa viver de joelhos diante dos Estados Unidos".

Forte presença feminina

Uma questão que impressionou vivamente a delegação brasileira foi a participação maciça das mulheres. Durante a revolução contra o tirano Anastácio Somoza, cerca de 30% das forças combativas da Frente Sandinista eram mulheres. Elas dirigiam ataques, unidades de comando, e ocuparam altos cargos militares. As que não tinham estas tarefas ajudavam a FSLN com informações, comida, lugares para esconderijo...

Hoje as mulheres estão organizadas na Amnalae, uma entidade forte, estruturada desde uma direção nacional até comitês de trabalho em cada fábrica, em cada bairro, em cada fazenda. Sua plataforma está resumida em quatro pontos: a defesa da revolução popular sandinista, que é a garantia para a emancipação da mulher; a formação política e ideológica das mulheres, permitindo sua participação crescente; o estímulo à formação técnica e profissional feminina; a valorização do trabalho doméstico.

Um exemplo vivo desta participação, muito ligado à situação de emergência que o país vive, é a atividade das mulheres nos Comitês de Defesa Sandinista, que tratam dos mais variados assuntos, desde campanhas de saúde a formulação de críticas a políticas governamentais. Nos "grupos de Vigília", que patrulham todas as ruas, todas as noites, das 23 às 6 horas, as mulheres são uma maioria de até 80%. Pelas madrugadas, é comum encontrar estes grupos e a presença feminina se destaca.

Estudantes não pagam aumento

Os estudantes das faculdades particulares voltaram às aulas no segundo semestre dispostos a não pagar o aumento de 58,5% nas mensalidades. Nas assembléias, realizadas com até sete mil alunos, tem se decidido pelo boicote aos aumentos. No dia 9 eles ocuparam a reitoria da PUC de São Paulo e da Universidade de Mogi das Cruzes.

São Paulo concentra hoje quase um terço dos estudantes universitários do país e é onde a luta está mais acirradas contra os aumentos das mensalidades cobradas pelas escolas. Praticamente em todas as maiores faculdades do Estado tem sido realizadas assembléias para protestar contra o aumento de 58,5%. No dia 11 as entidades estudantis entregaram à ministra da Educação, Esther Ferraz, manifesto pedindo a revogação do decreto de aumento.

A mobilização já atingiu tal proporção que a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa convidou as entidades estudantis a relatar a situação enfrentada em cada escola. Vagner Rossi, educador, deputado estadual pelo PMDB e presidente da Comissão, afirmou à **Tribuna Operária** que "esse aumento de 58,5% é exagerado". E acrescentou: "Tem que se levar em conta a situação econômica do país, a dificuldade em arrumar emprego e o achatamento dos salários que atinge a grande maioria dos estudantes que trabalham".

Cerca de 80% das vagas no ensino superior estão nas mãos das escolas particulares, e com os constantes aumentos a evasão tem aumentado a cada semestre. O exemplo mais evidente é o da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) que em 1980 tinha 30 mil alunos matriculados e que no primeiro semestre deste ano tinha reduzido para 15 mil. Numa pesquisa, feita pelos estudantes das Faculdades Oswaldo Cruz, constatou-se que se o aumento do 58,5% for implementado, cerca de 40% dos alunos não teriam condições de pagar.

A assembléia na PUC de São Paulo, decide continuar o boicote

"Com esse aumento não vou ter condições de continuar na faculdade"

Edna Soares faz o curso de Serviço Social na PUC de São Paulo e está ameaçada de não poder continuar a estudar. Ela trabalha durante o dia e ganha Cr$ 60 mil por mês e já tem um débito de quase Cr$ 300 mil com a universidade. "No primeiro semestre estavam cobrando Cr$ 42 mil de mensalidade e eu já não conseguia pagar. Com esse aumento aí não vou ter condições mesmo de continuar na faculdade". Além disso ela tem de ajudar em casa, pois seu pai, carpinteiro, está doente, sem poder trabalhar.

Casos como o de Edna não são exceção entre os estudantes trabalhadores. Antônio Acácio Nascimento mora em Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo e estuda jornalismo na Faculdade Brás Cubas, em Mogi das Cruzes. Ele tem que viajar cinco horas diariamente em ônibus e trem para estudar das 19:20 às 22 horas. Acácio explica que, igual a ele, muitos colegas seus "assistem as aulas com fome e esgotados. Saem do trabalho e vão direto pra lá".

Enquanto a situação é difícil para os estudantes, os próprios donos das escolas já reconheceram que este é um dos negócios mais lucrativos. Basta ver pelos preços cobrados que variam de 40 a 100 mil cruzeiros por mês. Os alunos da FASP (Faculdades Associadas de São Paulo) mostraram que o dono da escola, Nivaldo Trama, tem um lucro líquido diário de Cr$ 1 milhão, só com o dinheiro das mensalidades. O negócio é tão bom que Edevaldo Alves, dono da FMU, está comprando a faculdade de medicina da OSEC por 3 milhões de dólares!

Diante da insensibilidade dos donos das escolas aos reclamos dos alunos, estes decidiram boicotar o pagamento das mensalidades. Na PUC de Campinas 11 mil alunos já deixaram de pagar. Na OSEC cerca de 70% dos estudantes não pagaram o mês de julho. Em algumas escolas, devido a estas mobilizações, foram reduzidos os percentuais de aumento, como na Universidade Metodista de Piracicaba e na Faculdade Casper Líbero.

A luta pela democracia

O reitor biônico da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Armando Otávio Ramos, nomeado pelo ex-governador Paulo Maluf, tem usado de todo tipo de arbitrariedades para manter seu poder de senhor feudal no campus da cidade de Assis, interior de São Paulo. Para isso mandou a polícia invadir por duas vezes o campus universitário, puniu estudantes e professores e tem pressionado os funcionários.

No mês de junho foram feitas eleições para a escolha do novo reitor onde votaram 70% dos estudantes e a quase totalidade dos professores e funcionários. O professor Antonio Quelco Salgado saiu vencedor, mas o reitor Armando Otávio Ramos, disposto a manter a universidade no seu poder, indicou para a direção Fernando Mendonça, seu seguidor fiel e penúltimo colocado nas eleições diretas.

A luta pela democracia em Assis continua firme. Ao exigir respeito às eleições diretas, estudantes e professores unidos ultrapassam a simples luta reivindicatória e combatem o modelo de universidade antidemocrática implantado sob as ordens dos generais.